



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 827, DE 2022

Dispõe sobre o Estatuto dos Animais e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

PROJETO DE LEI Nº, DE 2022

Dispõe sobre o Estatuto dos Animais e dá outras providências.



SF/22873.37931-97

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

PARTE GERAL

LIVRO I

TÍTULO I

DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DE DIREITO ANIMAL

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto dos Animais estabelecendo normas para a proteção integral aos animais, nos termos do art. 225, § 1º, inciso VII da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 1º Esta Lei se aplica aos animais sencientes, vertebrados ou invertebrados.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por senciência a capacidade animal de responder, de forma consciente, a sensações de natureza positiva e negativa, como prazer e sofrimento.

Art. 2º São vedadas as práticas que submetam os animais à crueldade ou que comprometam a sua dignidade individual, competindo a todos e, em especial, à família, à comunidade, à sociedade e, destacadamente, ao Poder Público zelar pela efetivação dos direitos animais estabelecidos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se como cruel qualquer prática humana contra animais que importe em abuso, físico e/ou psicológico, maus-tratos,



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

ferimentos e/ou mutilações, sofrimento e/ou morte injustificável do animal, dentre outros atos considerados cruéis em razão da sua natureza.

§ 2º Também é considerada cruel a prática humana que implique em dano existencial ao animal, ainda que a prática seja indolor ou realizada mediante anestesia e/ou analgesia.

§ 3º Para os fins desta Lei, entende-se por dano existencial aquele que atinge a qualidade de vida do animal, causando-lhe dificuldades ou impossibilidade para expressar seu comportamento natural, podendo ser evidenciado a partir da presença de um ou mais dos seguintes elementos:

I – *impossibilidade de seguir sua rotina*: o animal, em razão de conduta humana vulnerante, não mais pode fazer o que antes era parte de sua rotina;

II – *necessidade de fazer diferente do rotineiro*: o animal, em razão de conduta humana vulnerante, deve passar por um processo de readaptação ou reabilitação para continuar fazendo algo que antes era-lhe rotineiro;

III – *necessidade de fazer o que antes não era necessário*: o animal, em razão de conduta humana vulnerante, tem que incorporar, obrigatoriamente, outras atividades à sua rotina;

IV – *necessidade de auxílio humano para atividades autônomas*: o animal, em razão de conduta humana vulnerante, passa a depender de auxílio humano permanente ou temporário para fazer o que antes realizava sozinho.

Art. 3º Para os fins desta Lei, os animais são reconhecidos como sujeitos de direitos, enquanto seres sencientes e dotados de dignidade própria, vedado o seu tratamento como coisas, fazendo jus à tutela jurisdicional, individual ou coletiva, em caso de ameaça ou violação de seus direitos.

Art. 4º Os animais são considerados absolutamente incapazes de exercer diretamente os atos da vida civil que forem compatíveis com a sua natureza e com o seu nível de capacidade jurídica.

Art. 5º Os animais têm direitos subjetivos correspondentes ao seu nível de capacidade jurídica, conforme estabelecido por esta Lei.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

Art. 6º Na aplicação desta Lei deve-se observar os seguintes princípios:

I – *Princípio da dignidade animal*: os animais devem ser tratados como seres vivos dotados de valor intrínseco e de dignidade própria, proibido o seu tratamento como coisas;

II – *Princípio da universalidade da proteção*: todos os animais sencientes são protegidos pela Constituição e por esta Lei;

III – *Princípio da participação comunitária*: na formulação das políticas públicas de atendimento aos direitos animais, bem como no estabelecimento e implementação dos respectivos programas, é garantida a participação da comunidade, diretamente ou por meio de suas organizações comunitárias, sempre que visem ao tratamento dos animais como sujeitos de direitos;

IV – *Princípio da educação animalista*: o atendimento e o respeito aos direitos animais devem ser implementados por meio da inclusão do tema nos currículos do ensino fundamental e médio e por campanhas educativas periódicas e contínuas pelos meios de comunicação adequados, nas universidades, nas escolas, nas associações de bairro, nos canais oficiais de comunicação dos Governos Federal, Estaduais, Distrital e Municipais e em outros espaços comunitários, que propiciem a assimilação pelo público em geral acerca da adoção ética e responsável de animais de estimação, bem como sobre a existência da consciência e da senciência animal, sobre o sofrimento animal, sobre as alternativas de consumo de produtos de origem animal, bem como enaltecendo as práticas de vivência mais éticas, pacíficas e solidárias entre humanos e não humanos;

V – *Princípio da cidadania animal*: os interesses dos animais devem sempre ser levados em consideração pelas leis e outros atos normativos que possam impactá-los;

VI – *Princípio da substituição*: sempre devem prevalecer os métodos disponíveis que substituam a utilização de animais para fins humanos.

§ 1º Na aplicação desta Lei também incidirão os seguintes princípios subsidiários:

I – *princípio da prevenção*, pelo qual, conhecidos certos impactos negativos sobre o bem-estar animal, devem-se adotar medidas que minimizem ou que evitem esses impactos.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

II – *princípio da precaução*, diante do qual, na dúvida ou da incerteza científica sobre a senciência de determinada espécie animal, ou sobre os impactos de determinada atividade sobre o bem-estar animal, deve-se considerar como senciência a espécie animal, no primeiro caso, e adotar medidas que minimizem ou que evitem os impactos possíveis, no segundo.

III – *princípio da vedação ao retrocesso*, pelo qual, como decorrência do dever estatal de progressividade na proteção da dignidade animal, não se poderá legislar ou interpretar a ordem jurídica de modo a suprimir ou a reduzir os avanços efetivados quanto ao respeito à integridade física e psíquica dos animais.

§ 2º Para os fins do inc. VI deste artigo, na ausência de métodos substitutivos, devem prevalecer os preceitos de redução do número de animais utilizados e de refinamento das condições de manutenção e dos procedimentos para evitar sofrimento dos animais e promover estados mentais positivos

Art. 7º Os direitos animais previstos neste Estatuto não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária federal, estadual distrital ou municipal e de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes.

Art. 8º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, a urgência e a imprescindibilidade do ato em questão, a primazia do princípio da dignidade animal e a vedação ao retrocesso em matéria de proteção ambiental e animal.

TÍTULO II

DOS NÍVEIS DE CAPACIDADE JURÍDICA ANIMAL

Art. 9º A capacidade jurídica animal é o conjunto de direitos atribuídos a cada grupo de espécies animais, de acordo com suas necessidades naturais e com os seus graus de dependência e de vulnerabilidade em relação aos seres humanos ou às suas intervenções no meio ambiente.

Art. 10. São níveis de capacidade jurídica animal:

I – *Capacidade jurídica plena*: animais com direito à vida como direito inviolável, que não comporta supressão por razões ecológicas, socioculturais, econômicas ou científicas;



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

II – *Capacidade jurídica plena reduzível*: animais com direito à vida, mas que comporta supressão por razões ecológicas ou científicas, contidas em permissão, licença ou autorização da autoridade competente, mediante justificativa baseada em evidências;

III – *Capacidade jurídica reduzida*: animais cuja vida comporta supressão por razões comerciais ou econômicas.

Art. 11. Todos os animais de estimação, de quaisquer espécies, possuem capacidade jurídica plena.

Parágrafo único. Consideram-se animais de estimação os animais domésticos selecionados para convívio com o ser humano por razões de afeto, assistência ou companhia.

Art. 12. Também têm capacidade jurídica plena os primatas e os cetáceos.

Art. 13. Todos os animais silvestres, nativos ou exóticos, de quaisquer espécies, têm capacidade jurídica plena reduzível.

Parágrafo único. Consideram-se animais silvestres os animais que não dependem diretamente dos seres humanos para sobreviver, vivendo isolados em seu *habitat* ou mantendo contatos esporádicos ou eventuais com seres humanos.

Art. 14. Têm capacidade jurídica reduzida os animais domésticos com valor econômico.

§ 1º Consideram-se animais domésticos com valor econômico aqueles que se tornaram dependentes do ser humano, destituídos da capacidade de sobrevivência independente, em função de processos de manejo artificial, submetidos a processos de exploração pecuária.

§ 2º Também se incluem nas disposições do *caput* os animais submetidos à exploração pesqueira e às experimentações científicas.

Art. 15. Todos os animais, independentemente do seu nível de capacidade jurídica, têm o direito fundamental à existência digna, posta a salvo de práticas cruéis.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

Art. 16. A Lei poderá atribuir a determinadas espécies animais capacidades jurídicas diversas das especificadas neste Estatuto, desde que em caráter mais protetivo, para ampliação de direitos subjetivos.

TÍTULO III

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ANIMAIS NOS NÍVEIS DE CAPACIDADE JURÍDICA

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS ANIMAIS COM CAPACIDADE JURÍDICA PLENA

Art. 17. Os animais com capacidade jurídica plena têm o direito à vida como direito inviolável.

§ 1º Admite-se a supressão da vida de um animal com capacidade jurídica plena nos casos de legítima defesa ou de estado de necessidade, ambos devidamente justificados.

§ 2º Também se admite a hipótese do parágrafo anterior nos casos de eutanásia, nos termos do art. 53 desta Lei.

Art. 18. Os animais de estimação, além do direito inviolável à vida, têm os seguintes direitos fundamentais:

I – à alimentação e à dessedentações adequadas;

II – a um abrigo adequado, salubre e higiênico, capaz de protegê-lo da chuva, do vento, do frio, do sol e do calor, com acesso a espaço suficiente para que possa exercer seu comportamento natural;

III – à saúde, inclusive pelo acompanhamento médico-veterinário periódico e preventivo e pelo tratamento curativo imediato em caso de doença, de ferimento, de maus-tratos ou de danos psicológicos;

IV – à limitação de jornada de trabalho, ao repouso reparador e à inatividade por tempo de serviço, economicamente sustentada, para os animais submetidos a trabalho;



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

V – à destinação digna, respeitosa e adequada de seus restos mortais;

VI – ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;

VII – ao acesso à justiça, para prevenção e/ou reparação dos danos materiais, existenciais e morais, aos seus direitos individuais e coletivos.

Parágrafo único. A liberdade dos animais de estimação somente pode ser restringida para atender às suas necessidades de segurança, saúde e bem-estar.

Art. 19. Primatas e cetáceos têm os direitos invioláveis à vida, à liberdade em seu *habitat*, ao convívio com os seus e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, usufruindo dos demais direitos previstos no artigo anterior quando, por qualquer razão ou sob quaisquer condições, estejam sob dependência de seres humanos.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS ANIMAIS COM CAPACIDADE JURÍDICA PLENA REDUZÍVEL

Art. 20. Os animais com capacidade jurídica plena reduzível têm direito à vida, mas que comporta supressão por razões ecológicas ou científicas, contidas em permissão, licença ou autorização da autoridade ambiental competente, mediante justificativas baseadas em evidências.

§ 1º Também se admite a supressão da vida de um animal com capacidade jurídica plena reduzível nos casos de legítima defesa ou de estado de necessidade, ambos devidamente justificados.

§ 2º Também se admite a hipótese do parágrafo anterior nos casos de eutanásia, nos termos do art. 53 desta Lei.

§ 3º É vedada a supressão da vida de um animal com capacidade jurídica plena reduzível por razões comerciais ou econômicas.

Art. 21. Ficam proibidas todas as modalidades de caça, especialmente a profissional, em todo o território nacional, ressalvada a perseguição, a captura e o abate de indivíduos de espécies animais consideradas exóticas e invasoras, que possam comprometer a biodiversidade nacional, por ato fundamentado da autoridade ambiental



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

federal competente, e a coleta de espécimes para fins científicos, mediante licença especial concedida especificamente para esse fim pela autoridade competente.

§ 1º A utilização, perseguição, destruição, coleta, captura ou apanha de espécimes da fauna silvestre, quando praticados em desacordo ou na ausência de autorização desta Lei, serão considerados atos de caça.

§ 2º No ato fundamentado da autoridade ambiental federal competente, referido no *caput*, sempre devem ser consideradas as técnicas de controle alternativas, que prescindam do abate de espécimes.

§ 3º Nas hipóteses excepcionais previstas no *caput*, deverá ser garantido o direito fundamental animal à existência digna, proibidos os métodos de perseguição, captura, abate e coleta que sejam cruéis ou que possam atingir espécimes não incluídos nas razões ecológicas ou científicas que autorizam a supressão da vida animal.

Art. 22. Os animais silvestres, inclusive os aquáticos, têm os direitos à vida, à liberdade em seu *habitat* e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, usufruindo dos demais direitos previstos no art. 18 deste Estatuto quando, por qualquer razão ou sob quaisquer condições, estejam sob dependência de seres humanos.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS ANIMAIS COM CAPACIDADE JURÍDICA REDUZIDA

Art. 23. Os animais com capacidade jurídica reduzida têm o direito fundamental à existência digna, protegida contra práticas cruéis.

Art. 24. Os animais com capacidade jurídica reduzida, submetidos à exploração pecuária e pesqueira e à experimentação didática ou científica, têm os direitos previstos no art. 18 deste Estatuto, enquanto durarem as suas vidas.

TÍTULO IV

DAS CONDUTAS VULNERANTES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS ANIMAIS

Art. 25. São condutas humanas vulnerantes dos direitos fundamentais animais, caracterizando abuso ou maus-tratos para fins de perseguição cível, penal ou



SF/22873.37931-97

**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

administrativa, sem prejuízo de outras sanções ou consequências jurídicas previstas no ordenamento jurídico:

I – executar procedimentos invasivos ou cirúrgicos sem a devida qualificação técnica profissional ou sem os devidos cuidados anestésicos, analgésicos e higiênico-sanitários, tecnicamente recomendados;

II – permitir ou autorizar a realização de procedimentos anestésicos, analgésicos, invasivos, cirúrgicos ou injuriantes por pessoa sem qualificação técnica profissional;

III – agredir física ou psicologicamente causando dor, sofrimento ou dano ao animal, inclusive o existencial;

IV – abandonar animais em quaisquer circunstâncias;

V – deixar o pai ou a mãe humanos, o tutor, o guardião ou o responsável pelo animal de buscar assistência médico-veterinária ou zootécnica quando necessária;

VI – deixar de orientar, enquanto profissional responsável pela assistência à saúde animal, o pai ou a mãe humanos, o tutor, o guardião ou o responsável pelo animal a buscar assistência médico-veterinária ou zootécnica quando necessária;

VII – deixar de prestar socorro imediato a animal atropelado, ferido ou vítima de violência ou de agressão presenciada;

VIII – não adotar medidas atenuantes a animais que estão em situação de clausura junto com outros da mesma espécie, ou de espécies diferentes, que o aterrorizem ou o agriam física ou psicologicamente;

IX – deixar de adotar medidas minimizadoras de desconforto e sofrimento para animais em situação de clausura isolada ou coletiva, inclusive nas situações transitórias de manejo, transporte, comercialização e exibição, enquanto responsável técnico ou equivalente;

X – manter animal sem acesso adequado à água, à alimentação e às temperaturas compatíveis com as suas necessidades ou em local desprovido de ventilação e luminosidade adequadas, exceto por recomendação de médico veterinário, observando-



SF/22873.37931-97

**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

se os direitos fundamentais animais, os critérios técnicos e os princípios éticos para situações transitórias específicas como transporte e comercialização;

XI – manter animais de forma que não lhes permita acesso a abrigo contra intempéries, salvo condição natural a que se sujeitaria;

XII – exercitar ou conduzir animal preso a veículo motorizado ou não em movimento;

XIII – manter animais em número acima da capacidade de provimento de cuidados para assegurar boas condições de saúde e de bem-estar animal, exceto nas situações transitórias de transporte e comercialização, observadas as disposições deste Estatuto;

XIV – manter animal em local desprovido das condições mínimas de higiene e asseio adequadas à sua espécie;

XV – impedir a movimentação ou o descanso de animais;

XVI – amarrar e manter amarrados os 2 (dois) pés de animais para evitar-lhe a fuga, exceptuada a hipótese de ordenha;

XVII – manter animais em condições ambientais de modo a propiciar a proliferação de microrganismos nocivos a ele próprio, a humanos e a outros animais;

XVIII – submeter ou obrigar animal a atividades excessivas, que ameacem sua condição física e/ou psicológica, para dele obter esforços ou comportamentos que não se observariam senão sob coerção;

XIX – submeter animal, observada a espécie, a trabalho ou a esforço físico por mais de quatro horas ininterruptas sem que lhe sejam oferecidos água, alimento e descanso;

XX – utilizar animal enfermo, mutilado, ferido, fraco, cego, extenuado, sem proteção apropriada ou em condições fisiológicas inadequadas para realização de serviços;

XXI – transportar animal em desrespeito às recomendações técnicas de órgãos competentes de trânsito, ambiental ou de saúde animal ou em condições que lhes causem sofrimento, dor e/ou lesões físicas ou psicológicas;



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

XXII – conduzir animais, por quaisquer meios de locomoção, inclusive a pé, colocados de cabeça para baixo, de mãos ou pés atados, amontoados ou de qualquer outro modo que lhes produza sofrimento;

XXIII – adotar métodos não aprovados por autoridade competente ou sem embasamento técnico-científico para o abate de animais, quando permitido;

XXIV – envenenar animal, ocasionando-lhe ou não a morte;

XXV – mutilar animais, exceto quando houver indicação clínico-cirúrgica veterinária;

XXVI – exercitar tiro ao alvo sobre quaisquer animais domésticos ou silvestres e sob quaisquer circunstâncias;

XXVII – executar medidas de depopulação por métodos não aprovados pelos órgãos ou entidades oficiais, como utilizar afogamento ou outras formas cruéis;

XXVIII – induzir a morte de animal fora dos casos permitidos e/ou utilizando método não aprovado ou não recomendado pelos órgãos ou entidades oficiais e sem profissional devidamente habilitado;

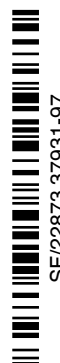
XXIX – abater para o consumo ou fazer trabalhar os animais prenhes ou em período gestacional, desde seu início até o final, somado ao tempo necessário ao seu inteiro restabelecimento físico após a gestação;

XXX – cozinhar animais vivos, de quaisquer espécies, inclusive invertebrados sencientes;

XXXI – despelar ou depenar animais vivos ou entregá-los vivos à alimentação de outros;

XXXII – utilizar de métodos punitivos, baseados em dor ou sofrimento com a finalidade de treinamento, exibição ou entretenimento;

XXXIII – utilizar agentes ou equipamentos que inflijam dor ou sofrimento com o intuito de induzir comportamentos desejados durante práticas esportivas, de entretenimento e de atividade laborativa, incluindo apresentações e eventos similares, exceto quando em situações de risco de morte para pessoas e/ou animais;



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

XXXIV – submeter animal a eventos, ações publicitárias, filmagens, exposições e/ou produções artísticas e/ou culturais para os quais não tenham sido devidamente preparados física e emocionalmente ou de forma a prevenir ou evitar dor, estresse e/ou sofrimento;

XXXV – fazer uso e/ou permitir o uso de agentes químicos e/ou físicos para inibir a dor ou que possibilitam modificar o desempenho fisiológico para fins de participação em competição, exposições, entretenimento e/ou atividades laborativas;

XXXVI – utilizar alimentação forçada, exceto quando para fins de tratamento prescrito por médico veterinário;

XXXVII – estimular, manter, criar, incentivar, utilizar animais da mesma espécie ou de espécies diferentes em lutas;

XXXVIII – estimular, manter, criar, incentivar, adestrar ou utilizar animais para a prática de zoerastia ou abuso sexual;

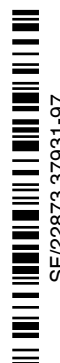
XXXIX – realizar ou incentivar acasalamentos que tenham elevado risco de problemas congênitos e que afetem a saúde da prole e/ou progenitora, ou que perpetuem problemas de saúde preexistentes dos progenitores;

XL – utilizar, em sistema produtivo ou em experimentação científica ou educacional, alojamento que restrinja severamente a movimentação e expressão de comportamentos naturais de animais, a exemplo de gaiolas, celas, baias e práticas de manejo.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, a expressão “zoerastia” compreende conjunção carnal ou ato libidinoso de humano com animal não humano de qualquer espécie ou qualquer outra situação que envolva animal em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de animal para fins primordialmente sexuais.

§ 2º Leis estaduais, distritais ou municipais poderão relacionar outros casos de crueldade, abuso, maus-tratos e demais condutas vulnerantes de direitos fundamentais animais, além dos previstos nos incisos deste artigo.

§ 3º Sem prejuízo do disposto neste artigo, o juiz, o membro do Ministério Público, o delegado de polícia ou a autoridade administrativa competente, com base em laudo ou parecer médico-veterinário ou equivalente, poderá identificar outros casos de



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

crueidade, abuso, maus-tratos e demais condutas vulnerantes de direitos fundamentais animais.

§ 4º No caso do parágrafo anterior, os médicos veterinários legalmente habilitados procederão ao diagnóstico de crueidade, abuso, maus-tratos e demais condutas vulnerantes de direitos fundamentais animais mediante exame de corpo de delito consubstanciado em laudo pericial ou parecer técnico, podendo incluir exames necroscópicos ou, em caso de animais vivos, a avaliação da saúde física e comportamental e do grau de bem-estar dos animais, considerando os conjuntos de indicadores nutricionais, ambientais, de saúde e comportamentais, validados em protocolos reconhecidos internacionalmente.

§ 5º Todo aquele que tiver conhecimento da ocorrência de condutas vulnerantes de direitos fundamentais animais, descritas neste artigo, tem o dever de comunicar às autoridades competentes para as averiguações necessárias.

Art. 26. São proibidas, em todo o território nacional, as práticas que tenham animais, de quaisquer espécies, como objetos de rifas, sorteios, brindes, loterias, bingos e similares, em eventos presenciais ou realizados por meio das redes sociais ou de quaisquer aplicativos eletrônicos.

PARTE ESPECIAL

LIVRO I

DIREITO DAS FAMÍLIAS MULTIESPÉCIES

TÍTULO I

DA FAMÍLIA MULTIESPÉCIE

Art. 27. Para efeito de proteção pelo Estado, é reconhecida a comunidade formada por seres humanos e seus animais de estimação como entidade familiar.

§ 1º A constituição da família multiespécie independe da origem ou da forma como o animal de estimação foi integrado à família, ressalvada a existência de animais oriundos do tráfico de animais silvestres ou de criadores clandestinos, os quais não adquirirão esse *status* familiar.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

§ 2º Os programas oficiais e privados de planejamento familiar incluirão temas sobre a paternidade responsável de animais de estimação.

§ 3º Nos programas oficiais de assistência à família serão criados mecanismos para coibir a violência e os maus-tratos contra animais no âmbito de suas relações.

§ 4º Nos programas referidos no parágrafo anterior serão também criados mecanismos para a prevenção da acumulação patológica de animais, que possa comprometer o bem-estar de todos os envolvidos e vulnerar direitos fundamentais humanos e animais.

Art. 28. É garantido o direito de ir e vir dos animais de estimação no âmbito dos condomínios residenciais onde resida a sua família multiespécie, inclusive pelas áreas comuns, desde que isso não implique em riscos para a segurança dos demais condôminos e que os pais humanos do animal adotem as medidas recomendadas para garantir a higiene e a salubridade do local.

§ 1º É vedada a proibição genérica, em convenção ou em regimento interno, de permanência de animais de estimação nas unidades autônomas dos condomínios, bem como a estipulação de condições abusivas que possam comprometer o regular exercício do direito previsto neste artigo.

§ 2º Os condomínios residenciais e comerciais são responsáveis pelos animais abandonados nos prédios sob suas governanças, independentemente do tempo que ali se encontram, devendo provê-los de todos os seus direitos fundamentais, até que possam ser resgatados ou adotados.

§ 3º Os condomínios residenciais e comerciais têm o dever de comunicar às autoridades competentes ocorrência ou indícios de casos de maus-tratos a animais em suas unidades condominiais ou nas áreas comuns.

TÍTULO II

DO PODER FAMILIAR SOBRE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

Art. 29. Os animais de estimação serão considerados filhos por afetividade e ficarão sujeitos ao poder familiar.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

§ 1º O poder familiar sobre os animais de estimação competirá a um ou a ambos os cônjuges ou companheiros, considerando as relações de afetividade para com o animal, os interesses de cada um dos cônjuges ou companheiros, dos filhos humanos do casal e também do próprio animal.

§ 2º O poder familiar dos animais de estimação mantém-se com o cônjuge ou companheiro que os havia antes do casamento ou do início da união estável, ressalvada a possibilidade de alteração superveniente em função dos interesses dos cônjuges ou companheiros, dos filhos humanos do casal e do próprio animal.

§ 3º O poder familiar sobre os animais de estimação também poderá recair sobre outro membro da família, desde que maior e capaz, que mantenha relações recíprocas de afetividade com o animal.

§ 4º Na dúvida ou na discordância sobre a titularidade do poder familiar sobre o animal, qualquer dos interessados poderá recorrer ao juiz para solução do desacordo.

§ 5º A mesma providência referida no parágrafo anterior é garantida quando houver divergência entre os pais humanos quanto ao exercício do poder familiar sobre os animais de estimação.

§ 6º A separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável não alteram as relações entre pais humanos e seus animais de estimação, senão quanto ao direito, que aos primeiros cabe, de terem em sua companhia os segundos.

Art. 30. Compete aos pais humanos, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar sobre os seus animais de estimação, que consiste em:

I – garantir-lhes os direitos previstos nos incisos I a V do art. 18 desta Lei e prevenir-lhes os maus-tratos;

II – dar nome e sobrenome ao animal;

III – dirigir-lhes a criação e exigir que lhes prestem obediência e respeito, sem infligir-lhes maus-tratos, consideradas as peculiaridades de cada espécie animal;

IV – exercer a guarda unilateral ou compartilhada;



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

V – nomear-lhes tutor por testamento ou documento autêntico, se o outro dos pais não lhe sobreviver, ou o sobrevivente não puder exercer o poder familiar;

VI – representá-los judicial e extrajudicialmente, nos atos da vida civil que forem compatíveis com a sua natureza;

VII – reclamá-los de quem ilegalmente os detenha;

VIII – administrar patrimônio ou rendas que possam ser atribuídos ao animal, inclusive valores decorrentes de decisões judiciais, em proveito exclusivo deste.

Parágrafo único. Aos pais humanos que provarem não ter recursos materiais suficientes para garantir a saúde animal e arcar com os tratamentos veterinários necessários, inclusive em relação aos medicamentos prescritos, poderão recorrer ao Poder Público para a obtenção do auxílio necessário.

Art. 31. Os pais humanos do animal de estimação respondem pelo dano por este causado, se não provarem culpa da vítima ou força maior.

§ 1º O animal que tiver patrimônio ou renda responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

§ 2º A indenização prevista no parágrafo anterior, que deverá ser equitativa, não terá lugar se privar do necessário o animal.

Art. 32. Se o pai ou a mãe humanos abusarem de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes, cabe ao juiz, requerendo alguma entidade de proteção animal, a Defensoria Pública ou o Ministério Público, adotar a medida que lhe pareça reclamada pela segurança do animal, até suspendendo o poder familiar, quando convenha.

Parágrafo único. Suspende-se igualmente o exercício do poder familiar sobre o animal de estimação ao pai ou à mãe humanos condenados por sentença irrecorrível, em virtude de crime de maus-tratos contra animais.

Art. 33. Perderá por ato judicial o poder familiar sobre seu animal de estimação o pai ou a mãe humanos que:

I – praticar maus-tratos contra ele ou vulnerar seus direitos fundamentais;



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

II – abandonar o animal, ainda que temporariamente;

III – incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente.

§ 1º A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar sobre animal de estimação.

§ 2º Nas hipóteses previstas neste artigo, poderá ser concedida tutela provisória, suspendendo o poder familiar até final decisão.

§ 3º A perda ou a suspensão do poder familiar sobre o animal de estimação não exime o pai ou a mãe humanos de arcar com as despesas necessárias à manutenção do animal até que ele seja colocado em família substituta.

Art. 34. Em caso de separação, de divórcio ou de dissolução da união estável, judicial ou extrajudicial, deverá ser acordado ou decidido sobre a guarda, unilateral ou compartilhada, dos animais de estimação, além de eventual direito de visitas e de pensão alimentícia específica para a manutenção das necessidades do animal.

§ 1º É proibida a partilha de animais de estimação.

§ 2º São competentes os juízos de família para decidir sobre o destino e os direitos do animal de estimação em caso de separação, divórcio ou dissolução da união estável.

§ 3º Os juízos de família contarão com médico veterinário, preferencialmente especializado em etologia ou psicologia animal, ou em área similar, que será previamente ouvido nos casos sobre a destinação dos animais de estimação.

Art. 35. Aos animais de estimação, no âmbito das famílias multiespécies, poderá ser constituído capital, ou destinados bens ou rendas específicos, visando a atender às necessidades decorrentes dos seus direitos fundamentais, especialmente no que se refere à saúde animal.

§ 1º O patrimônio animal, constituído na forma do *caput* deste artigo, será administrado por quem detiver o poder familiar ou a tutela, em proveito exclusivo do animal.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

§ 2º Sempre que solicitados pelas autoridades competentes, os pais humanos do animal, ou o seu tutor, deverão apresentar contas da administração do patrimônio animal.

§ 3º Também integrarão o patrimônio animal os valores decorrentes de decisão judicial condenatória ou de pensão alimentícia exclusivamente destinados ao animal.

§ 4º A constituição do patrimônio referido no *caput* poderá se dar por testamento, respeitados os preceitos da lei civil.

§ 5º Em caso de morte do animal que possua patrimônio, os valores ou bens deixados poderão ser aplicados em benefício exclusivo da respectiva prole ou de outros animais pertencentes à mesma família multiespécie, mantido o dever de prestação de contas.

§ 6º Na hipótese do parágrafo anterior, caso o animal falecido não tenha prole, nem existam outros animais de estimação na família, os valores ou bens deixados serão revertidos ao fundo municipal dos direitos animais do domicílio do animal ou, na falta deste, aos fundos estadual e federal, nesta ordem, ressalvadas as disposições especiais contidas nesta Lei.

§ 7º Aplica-se, para fins tributários, quanto aos bens e rendas do animal o disposto no art. 134 da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

TÍTULO III

DO PODER FAMILIAR SOBRE CÃES E GATOS

Art. 36. Além dos deveres previstos no art. 30 desta Lei, os pais humanos de cães e gatos de estimação também deverão:

I – impedir sua fuga e telar as janelas e os vãos de prédios verticais e horizontais que possam possibilitar sua queda ou escapada;

II – evitar ataque ou agressão a humanos ou a outros animais, inclusive utilizando de equipamentos que possam prevenir essas ocorrências, sem infligir-lhes maus-tratos;



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

III – impedi-lo de provocar acidentes em residências, vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público;

IV – conduzir os cães nas vias públicas com guia, coleira e/ou peitoral, de conformidade com seu porte, evitando-se expô-los a condições ambientais inadequadas, que possam causar-lhes dor, ferimentos, insolação ou outros gravames;

V – coletar e destinar adequadamente as fezes de seu animal, quando em via pública;

VI – vacinar e desverminar regularmente o animal, observando o calendário ou cronograma de vacinações obrigatórias e mantendo a respectiva carteira de vacinação atualizada;

VII – identificar adequadamente seu animal, com coleira que contenha, ao menos, o nome do animal e telefone ou outro meio de contato de seus pais humanos;

VIII – providenciar a esterilização cirúrgica do animal, quando recomendado o controle de natalidade.

§ 1º Sempre que possível, os pais humanos deverão identificar seus cães e gatos por meio de microchipagem e proceder ao registro do animal perante o cartório competente.

§ 2º Aplica-se ao poder familiar sobre cães e gatos o disposto no capítulo precedente.

TÍTULO IV

DA FAMÍLIA MULTIESPÉCIE COMUNITÁRIA

Art. 37. Entende-se como família multiespécie comunitária a comunidade formada entre os seres humanos de uma determinada localidade e os animais de estimação que ali permaneçam em razão de laços de afetividade e de dependência comunitárias, sem que haja a atribuição do poder familiar do animal a alguém em específico.

§ 1º Para os fins desta Lei, entende-se por:





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

I – *animal comunitário*: todo animal em situação de rua que estabeleça com uma determinada comunidade laços de dependência e manutenção, embora não possua responsável único e definido;

II – *cuidador comunitário*: toda pessoa física que protege, alimenta, fornece água, medica e busca realizar os demais direitos fundamentais dos animais comunitários.

§ 2º Ressalvados outros critérios definidos pela legislação local, estabelece-se a família multiespécie comunitária quando o animal passar a residir na localidade, seja dócil com humanos e outros animais e não seja reivindicado por ninguém que se afirme seu pai ou mãe humanos ou seu tutor.

§ 3º O fato de integrar uma família multiespécie comunitária não desqualifica o animal como de estimação, nem impede a sua adoção por família multiespécie.

§ 4º Em toda família multiespécie comunitária deverá haver, ao menos, um cuidador comunitário responsável por fornecer, diariamente, comida e água ao animal comunitário, além de ministrar-lhe os medicamentos eventualmente necessários, podendo essas tarefas serem executadas em regime de rodízio entre os membros da família multiespécie comunitária.

§ 5º Todo animal comunitário terá direito a um abrigo adequado, salubre e higiênico, capaz de protegê-lo da chuva, do vento, do frio, do sol e do calor, com espaço suficiente, segundo as suas próprias características físicas, fornecido pela própria comunidade, em local de comum acordo.

§ 6º Os animais comunitários deverão ser cadastrados em programas municipais de assistência às famílias multiespécies comunitárias, competindo aos municípios garantir a sua esterilização cirúrgica, vacinação e desverminação periódicas, identificação por microchipagem e cuidados veterinários preventivos e curativos.

Art. 38. Os municípios respondem pelos danos causados por animais comunitários, ressalvada a culpa exclusiva da vítima ou de membro da própria comunidade, além de força maior.

TÍTULO V

DOS CÃES E GATOS EM SITUAÇÃO DE RUA



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

CAPÍTULO I

DA SITUAÇÃO DE RUA

Art. 39. Cães e gatos em situação de rua são animais de estimação abandonados em vias públicas, sujeitos à vulneração dos seus direitos fundamentais.

§ 1º Compete aos municípios estabelecer e implementar programas especiais de atendimento a cães e gatos em situação de rua, nos quais sejam previstas atividades de identificação por microchipagem, esterilização cirúrgica, vacinação e desverminação periódicas e atendimento médico-veterinário.

§ 2º Também compete aos municípios manter programas de inclusão de animais em situação de rua em famílias multiespécies, mediante adoção consciente e responsável.

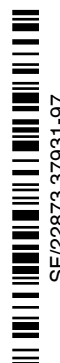
§ 3º Os programas previstos nos parágrafos anteriores poderão ser realizados mediante convênios, parcerias e atividade de cooperação com entidades de proteção animal e outras pessoas jurídicas.

§ 4º As entidades de proteção animal que desempenhem as funções típicas do Poder Público, previstas na forma deste artigo, sem que haja convênio, parceria ou atividade de cooperação, poderão requerer o ressarcimento das despesas realizadas com alimentação, abrigo, tratamento veterinário, clínico ou cirúrgico, e medicamentos utilizados nos animais que estão sob seus cuidados.

§ 5º Só poderão ser recolhidos às unidades de vigilância de zoonoses os cães e gatos em situação de rua que apresentarem risco iminente de transmissão de zoonose de relevância para a saúde pública.

Art. 40. Os canis e gatis, públicos e privados, bem como qualquer estabelecimento que realize o abrigo de cães ou gatos em situação de rua serão fiscalizados, quanto às suas adequações para o respeito e garantia dos direitos fundamentais animais, pelo Poder Público, pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária e pelas entidades de proteção animal.

Parágrafo único. Compete ao Ministério Público realizar essa fiscalização, na omissão ou na atuação insuficiente dos entes indicados no *caput* deste artigo.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

CAPÍTULO II

DA ADOÇÃO CONSCIENTE E RESPONSÁVEL DE CÃES E GATOS EM SITUAÇÃO DE RUA

Art. 41. Compete aos municípios estabelecer programas e campanhas de adoção consciente e responsável de cães e gatos em situação de rua.

Parágrafo único. Todo animal apresentado em eventos oficiais de adoção, ou subvencionados pelo Poder Público, deverá ser acompanhado de atestado de saúde e de caderneta de vacinação atualizada, bem como os comprovantes de esterilização cirúrgica e de desverminação.

Art. 42. A adoção atribui a condição de filho por afetividade ao animal adotado, desligando-o de qualquer vínculo com os pais humanos anteriores ou com a comunidade.

Art. 43. Toda adoção de animais deve apresentar reais vantagens para o animal e fundar-se em motivos legítimos.

Art. 44. Nos programas referidos no art. 41 desta Lei serão apresentados incentivos e orientações para evitar o arrependimento do adotante e eventual devolução do animal adotado.

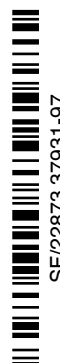
Art. 45. Todas as despesas com a manutenção de animal de estimação abandonado ou maltratado, inclusive quanto a medicamentos e a tratamento médico-veterinário, que seja resgatado pelo Poder Público ou por entidade de proteção animal, serão arcadas pelos anteriores pais humanos até que o animal seja incluído em nova família multiespécie.

Art. 46. São requisitos para adotar cães ou gatos em situação de rua:

I – ser capaz e maior de 18 (dezoito) anos;

II – não ter antecedentes criminais envolvendo maus-tratos contra animais ou violência familiar ou doméstica;

III – não ser pessoa com síndrome de acumulação patológica de animais;



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

IV – ter condições financeiras para assumir os gastos relativos à manutenção do animal com dignidade, ressalvada a busca pelo auxílio público em saúde animal, previsto no parágrafo único do art. 30;

V – comprovar domicílio certo.

Parágrafo único. Aplica-se nas adoções o disposto no art. 48, §§ 4º e 5º desta Lei.

Art. 47. O vínculo de adoção constituir-se-á mediante a assinatura do termo de adoção ética e responsável, após a comprovação dos requisitos no artigo precedente.

Art. 48. Todo aquele que resgatar diretamente cães ou gatos em situação de rua, independentemente de adoção, visando a formar ou a ampliar família multiespécie, deverá comunicar o órgão público municipal competente, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º O órgão público municipal competente, após a comunicação a que se refere o *caput* deste artigo, realizará visita no domicílio do comunicante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, para a aferição dos requisitos constantes do art. 46 desta Lei.

§ 2º Presentes os requisitos legais, será formalizada a adoção mediante a assinatura do respectivo termo.

§ 3º Caso algum requisito legal não esteja presente, o agente público responsável pela visita poderá estabelecer estágio de convivência, por prazo não superior a 90 (noventa) dias, para avaliação das reais vantagens da adoção para o animal, findo o qual será decidida a adoção.

§ 4º A adoção será indeferida e o animal será retirado da guarda do comunicante apenas quando houver fundadas razões, contidas em decisão por escrito da autoridade administrativa, que o animal, na guarda do comunicante, poderá sofrer maus-tratos ou sérias vulnerações em seus direitos fundamentais.

§ 5º O animal retirado da guarda do comunicante, nos termos do parágrafo anterior, será inserido em programa de adoção consciente e responsável, proibida a sua restituição à via pública.

TÍTULO VI



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

DO CONTROLE DE NATALIDADE DE CÃES E GATOS

Art. 49. O controle de natalidade de cães e gatos em todo o território nacional é considerado matéria de saúde pública e será realizado mediante esterilização permanente por cirurgia, ou por outro procedimento que garanta eficiência, segurança e bem-estar ao animal.

Parágrafo único. É considerado zoocídio, para os fins do art. 132 desta Lei, o abate ou o extermínio de animais como forma de controle de natalidade.

Art. 50. A esterilização de animais de que trata o artigo precedente será executada mediante programa em que seja levado em conta:

I – o estudo das localidades ou regiões que apontem para a necessidade de atendimento prioritário ou emergencial, em face da superpopulação, ou quadro epidemiológico;

II – o quantitativo de animais a serem esterilizados, por localidade, necessário à redução da taxa populacional em níveis satisfatórios, inclusive os não domiciliados; e

III – o tratamento prioritário aos animais localizados nas comunidades de baixa renda.

§ 1º O programa, a ser efetivado pelos municípios e pelo Distrito Federal, desencadeará campanhas educativas periódicas pelos meios de comunicação adequados, que propiciem a assimilação pelo público de noções de Direito Animal e ética sobre a paternidade responsável de animais de estimação.

§ 2º O programa de esterilização previsto neste artigo poderá ser realizado mediante convênio, parceria ou cooperação com as entidades de proteção animal e clínicas veterinárias legalmente estabelecidas.

§ 3º As despesas decorrentes com a implementação do programa de controle de natalidade de que trata este artigo correrão à conta de recursos provenientes da seguridade social da União, mediante contrapartida dos Municípios não inferior a 10% (dez por cento).

TÍTULO VII



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

DO CONTROLE DE ZOONOSSES DE CÃES E GATOS

Art. 51. É proibida a eliminação da vida de cães e de gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, com exceção da eutanásia, na forma do capítulo seguinte.

Parágrafo único. A violação do preceito do *caput* caracteriza zoocídio.

Art. 52. Ressalvada a hipótese de doença infectocontagiosa incurável, que não admita tratamento ou controle e que, por essa razão, caracterizar risco à saúde humana e de outros animais, o animal que se encontrar nos órgãos referidos no artigo precedente poderá ser disponibilizado para resgate por entidade de proteção dos animais.

TÍTULO VIII

DA EUTANÁSIA DE ANIMAIS

Art. 53. A eutanásia somente é admissível quando o bem-estar do animal estiver comprometido de forma irreversível, sendo um meio de eliminar a dor ou o sofrimento, os quais não podem ser controlados por meio de analgésicos, de sedativos ou de outros tratamentos.

§ 1º A eutanásia sempre deverá ser precedida de laudo técnico de dois médicos veterinários, acompanhados dos respectivos exames laboratoriais.

§ 2º Quando o animal for membro de família multiespécie a eutanásia será precedida também de consentimento informado dos respectivos pais humanos.

Art. 54. A eutanásia, nos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres pressupõe que o animal seja diagnosticado com enfermidade infectocontagiosa incurável, que não admita tratamento, nem controle, e que, por essa razão, coloque em risco a saúde humana e a de outros animais.

§ 1º A eutanásia será justificada por laudo do responsável técnico pelos órgãos e estabelecimentos referidos no *caput* deste artigo, precedido de exame laboratorial.

§ 2º As entidades de proteção animal devem ter acesso irrestrito à documentação que comprove a legalidade da eutanásia referida neste artigo, inclusive aos



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

prontuários dos animais, aos laudos emitidos pelo responsável técnico e aos exames laboratoriais.

Art. 55. É obrigatória a participação do médico veterinário na supervisão e/ou execução da eutanásia animal.

Art. 56. Os animais deverão ser submetidos à eutanásia em ambiente tranquilo e adequado, respeitando a dignidade animal e o comportamento da espécie em questão.

Art. 57. A eutanásia deve ser realizada por meio de métodos cientificamente comprovados e humanitariamente aceitáveis, que produzam a cessação da vida animal de forma indolor e digna, garantida sempre a prévia perda da conscientização.

Art. 58. Os restos mortais dos animais eutanasiados deverão ter destinação adequada e digna.

Parágrafo único. É proibido lançar os cadáveres de animais eutanasiados no lixo ou em depósito similar, incompatível com a dignidade animal e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

LIVRO II

DIREITO DA LIBERDADE NATURAL DA VIDA SILVESTRE

TÍTULO I

DO DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE DOS ANIMAIS SILVESTRES

Art. 59. Os animais silvestres têm o direito fundamental à liberdade natural, em seu *habitat* ecologicamente equilibrado.

§ 1º Para a efetivação desse direito, o *habitat* deve ser, o quanto possível, preservado e protegido de qualquer violação, interferência ou impacto negativo que comprometa sua condição de sobrevivência com dignidade.

§ 2º Para a proteção desse direito animal, admitir-se-á a impetração de *habeas corpus*, nos termos do art. 5º, LVIII da Constituição.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

§ 3º Para toda instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa vulneração dos direitos fundamentais dos animais silvestres ou de sua submissão a práticas cruéis, será exigido estudo prévio de impacto ambiental, em suas diferentes modalidades caracterizadas na regulamentação específica, a que se dará publicidade.

Art. 60. A criação, manutenção e a reprodução de animais silvestres em cativeiro somente será admitida nos seguintes casos:

I – para fins de conservação de espécies raras ou ameaçadas de extinção, segundo listas oficialmente publicadas;

II – para os cuidados com a saúde, a segurança e a integridade do próprio animal, especialmente quando vitimado por desastres ecológicos ou por ação antrópica;

III – para fins científicos, desde que não haja técnica ou método substitutivo que dispense a utilização do animal.

§ 1º No caso do inciso I deste artigo, tão logo o animal esteja recuperado e apto deverá ser reintroduzido no *habitat*, de acordo com as recomendações técnicas específicas para cada espécie.

§ 2º Os animais que não puderem ser reintroduzidos no *habitat* por impossibilidade de recuperação integral ou por não ser recomendável por questões sanitárias, poderão ser entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, para guarda e cuidados sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

§ 3º O caso do parágrafo anterior deverá constar de laudo técnico especializado e disponível para consulta pública.

§ 4º Com exceção da hipótese do inciso II deste artigo, a criação, a manutenção e a reprodução de animais silvestres em cativeiro dependerá de permissão, licença ou autorização da autoridade ambiental competente.

Art. 61. Fica proibida a importação ou a introdução de animais exóticos, inclusive aquáticos, no território nacional.

TÍTULO II



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS PEIXES E DOS DEMAIS ANIMAIS AQUÁTICOS

CAPÍTULO I

DO DIREITO FUNDAMENTAL À EXISTÊNCIA DIGNA DOS ANIMAIS AQUÁTICOS

Art. 62. Os direitos fundamentais dos animais silvestres de *habitat* aquático passam a contar com especial proteção por parte do Estado.

Art. 63. Todos os peixes e demais animais sencientes de *habitat* marinho, fluvial e lacustre têm o direito fundamental à existência digna, protegida de práticas cruéis, especialmente no âmbito da pesca, da aquicultura e da aquariofilia.

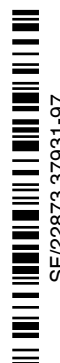
Art. 64. Compete ao Estado, em cooperação com as entidades de proteção ambiental e animal, fiscalizar o exercício das atividades pesqueiras, de aquicultura e de aquariofilia, de modo a efetivar o direito previsto no artigo anterior, bem como para evitar a destruição de *habitats* aquáticos que possa comprometer a vida nesses ambientes.

Art. 65. Para toda instalação de obra ou atividade pesqueira potencialmente causadora de significativa degradação ambiental ou de vulneração dos direitos fundamentais dos animais aquáticos ou de sua submissão a práticas cruéis, será exigido estudo prévio de impacto ambiental, em suas diferentes modalidades caracterizadas em regulamentação específica, a que se dará publicidade.

Art. 66. As instalações e os planos de manejo destinados à aquicultura devem ser implementados e mantidos de forma a não gerar estresse, nem degradar os direitos fundamentais e a qualidade de vida dos animais aquáticos envolvidos na atividade, sendo que qualquer alteração persistente de comportamento detectada deverá ser objeto de avaliação e possível redefinição dos procedimentos de manejo e densidades dos organismos sob cultivo.

§ 1º Os sistemas de produção aquícola deverão ser orgânicos e planejados de forma que respeitem as necessidades e o bem-estar dos animais aquáticos.

§ 2º Deve-se dar preferência por animais aquáticos de espécies adaptadas às condições climáticas e ao tipo do manejo empregado.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

§ 3º Sempre que for necessária a redução do sofrimento do animal aquático em procedimentos essenciais ao manejo será permitido o uso de sedativos ou anestésicos aprovados pela autoridade sanitária competente.

Art. 67. É obrigatório incluir nos planos de manejo de aquicultura, práticas que minimizem a injúria e o estresse nos animais aquáticos, observado o seguinte:

I – os organismos aquáticos deverão ser mantidos em unidades de produção nas quais os parâmetros físicos, químicos e biológicos da água e solo atendam as necessidades de conforto dos animais;

II – no caso de moluscos bivalves, os parâmetros de qualidade de água devem contemplar os possíveis riscos para a saúde pública, atendendo a regulamentação específica;

III – devem ser monitorados e controlados os parâmetros físicos, químicos e biológicos da água, tanto na entrada como na saída, seguindo as normas vigentes;

IV – a taxa de renovação diária de água nas unidades de recria e engorda deve garantir o conforto fisiológico dos animais aquáticos;

V – os taludes dos viveiros devem estar recobertos com vegetação adequada, preferencialmente nativa para fins de controle de erosão;

VI – medidas de prevenção e remoção de predadores e competidores poderão ser adotadas nas instalações de cultivo desde que não causem injúrias aos animais;

VII – a unidade de produção deverá ter seu perímetro delimitado de adotar medidas de prevenção para evitar a contaminação por fontes externas e produtos que estejam em desacordo com as normas vigentes;

VIII – o transporte, o pré-abate e o abate dos organismos aquáticos, inclusive doentes ou descartados, deverão atender ao seguinte:

a) respeito ao princípio da dignidade animal dos animais aquáticos;

b) redução e eliminação de processos dolorosos;



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

c) procedimentos de abate humanitário;

d) no caso de animais aquáticos que necessitem ser abatidos, o uso de anestésico poderá ser utilizado.

IX – nas exposições e aglomerações, nos mercados e outros locais de venda deverão ser atendido o princípio da dignidade animal em relação a cada organismo aquático vivo, garantindo-se todos os parâmetros e protocolos de bem-estar animal.

Art. 68. O Estado, em parceria com entidade de proteção animal, realizará programas de educação animalista especialmente dirigida para pescadores amadores e aquarofilistas.

CAPÍTULO II

DAS PROIBIÇÕES

Art. 69. Para a proteção do direito fundamental à existência digna dos animais aquáticos, bem como para a preservação do *habitat* aquático e da respectiva biodiversidade, são proibidas as seguintes práticas:

I – pesca com rede de arrasto, ou equipamento similar, tracionada por embarcações motorizadas, em todo o território nacional;

II – captura, transporte e comercialização de exemplares vivos de animais aquáticos de espécies:

a) constantes em Listas Oficiais de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção (Peixes e Invertebrados Aquáticos);

b) constantes nos Anexos à Convenção Internacional sobre Comércio das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES);

c) que possuam característica específica que requeira medida de ordenamento com relação a sua utilização, a ser definida por meio de pareceres técnicos de especialistas endossados por Sociedade Científica, que abranja o táxon em questão; e

d) com espécimes coletadas no entorno de ilhas oceânicas.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

III – pesca amadora ou esportiva com equipamentos ou petrechos considerados cruéis, que provoquem dor ou sofrimento aos animais;

IV – captura de caranguejos durante o período da andada pelo manguezal;

V – exposição, comercialização ou entrega, de qualquer forma, de animais aquáticos vivos para consumo alimentar humano;

VI – cozinhar crustáceos ou outros animais aquáticos vivos.

Parágrafo único. As proibições constantes deste artigo não excluem outras contidas em leis ou atos normativos mais protetivos.

LIVRO III

DIREITO DA EXISTÊNCIA DIGNA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS COM VALOR ECONÔMICO

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 70. Os animais domésticos com valor econômico, submetidos à exploração pecuária, têm o direito fundamental à existência digna, protegido contra práticas cruéis.

Art. 71. O Estado incentivará a zootecnia celular e as pesquisas científicas e tecnologias de substituição dos produtos que utilizem animais para fins econômicos.

Art. 72. Animais domésticos com valor econômico, submetidos à exploração pecuária, uma vez tornados animais de estimação, não poderão retornar ao seu estado anterior.

Parágrafo único. Caso se verifique, estatisticamente, a conversão de determinada espécie de animal doméstico com valor econômico, submetida à exploração pecuária, em animal de estimação, será proibida a utilização dessa espécie para o fim econômico anterior.

Art. 73. Para toda instalação de obra ou atividade pecuária potencialmente causadora de significativa degradação ambiental ou de vulneração dos direitos



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

fundamentais dos animais domésticos ou de sua submissão a práticas cruéis, será exigido estudo prévio de impacto ambiental, em suas diferentes modalidades caracterizadas em regulamentação específica, a que se dará publicidade.

Art. 74. Todos os atos normativos infralegais que digam respeito a animais com capacidade jurídica reduzida, especialmente na pecuária e na pesca, deverão ser revistos para se adaptarem às exigências deste Estatuto.

TÍTULO II

DAS PROIBIÇÕES

Art. 75. São proibidas as seguintes atividades em função da crueldade intrínseca contra animais domésticos:

I – importação, produção ou comercialização de patê de fígado de patos, gansos ou de outras aves, conhecido como *foie gras*;

II – produção e comercialização de carne de vitela ou similar;

III – exportação de animais domésticos vivos, especialmente bovinos, caprinos e ovinos, em embarcações por via marítima;

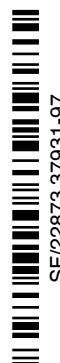
IV – marcação a ferro quente, ou mediante outra técnica dolorosa ou cruel, de bois, vacas ou outros animais domésticos;

V – amputações ou mutilações de animais domésticos sem anestesia e analgesia;

VI – abate de vacas em período de gestação e pelo tempo necessário à amamentação dos bezerros;

VII – abate de animais com o emprego de marreta, picada no bulbo (choupa), facada no coração, bem como mutilação ou qualquer método de abate considerado cruel e não humanitário;

VIII – manter sistema produtivo baseado em alojamentos que restringem severamente a movimentação e expressão de comportamentos animais naturais, a exemplo de gaiolas, celas, baias e práticas de manejo.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

Parágrafo único. As proibições constantes deste artigo não excluem outras contidas em leis ou atos normativos mais protetivos.

TÍTULO III

DO TRANSPORTE DE ANIMAIS VIVOS

Art. 76. Os veículos destinados ao transporte de animais vivos, especialmente os domésticos com valor econômico, devem atender às regulamentações das autoridades de trânsito e também aos seguintes requisitos:

I – ser construído ou adaptado e mantido de forma a evitar sofrimento desnecessário e ferimentos, bem como para minimizar agitação dos animais, a fim de garantir-lhes a manutenção da vida e do bem-estar;

II – ser adaptado à espécie e à categoria de animais transportados, com altura e largura que permitam que os animais permaneçam em pé durante a viagem, à exceção das aves, e com abertura de tamanho compatível para embarque e desembarque dos animais;

III – ser resistente e compatível com o peso e o movimento dos animais transportados;

IV – indicar de forma visível na parte traseira da carroceria do veículo um número de telefone de emergência;

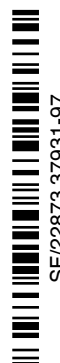
V – observadas as especificações do fabricante do veículo, quando houver, a lotação de animais deve estar de acordo com as recomendações específicas;

VI – apresentar superfícies de contato sem proeminências e elementos pontiagudos que possam ocasionar contusões ou ferimentos nos animais transportados;

VII – permitir a circulação de ar em todo o seu interior garantindo a ventilação necessária para o bem-estar animal;

VIII – dispor de meios de proteção para minimizar os efeitos de temperaturas extremas;

IX – dispor de meios para visualização parcial ou total dos animais;



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

X – dispor de meios que evitem derramamento de dejetos durante sua movimentação nas vias públicas;

XI – possuir piso antiderrapante que evite escorregões e quedas dos animais transportados fora de caixas contentoras;

XII – possibilitar meios de fornecimento de água para animais transportados fora de caixas contentoras;

XIII – possuir laterais e teto que protejam contra a fuga, a queda e a exposição de partes do corpo dos animais transportados para fora do veículo; e

XIV – no caso de transporte de animais em caixas contentoras, o veículo deve dispor de estruturas que impeçam o deslocamento ou a queda dessas caixas.

§ 1º Para o transporte de animais em caminhões-baú, deve ser previsto sistema de controle de temperatura e ventilação.

§ 2º O compartimento de carga do veículo deve possuir abertura para embarque e desembarque compatível com os animais a serem transportados.

§ 3º A abertura do compartimento de carga do veículo deve alcançar a totalidade de sua largura e deve possuir mecanismo de travamento para ajuste da abertura ou outra forma equivalente para a retirada dos animais em caso de emergência.

§ 4º O veículo com mais de um piso deve dispor de sistema de elevação, sendo permitido o emprego de rampas, desde que possuam superfície antiderrapante que evite escorregões ou quedas dos animais.

§ 5º O veículo destinado ao transporte de animais usados em entretenimento deve ser equipado com elementos de proteção aos animais, como baias individuais ou similares.

Art. 77. Os veículos de transporte de animais vivos que não atenderem às especificações contidas no artigo anterior deverão ser apreendidos pelas autoridades de trânsito, com a destinação imediata dos animais a locais adequados, nos quais se assegurem seus direitos fundamentais, até que se realize o reembarque.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

Parágrafo. Todas as despesas com a manutenção dos animais na situação referida no *caput* correrão por conta do transportador e do contratante do transporte, solidariamente.

Art. 78. Todo transporte de animais vivos deverá ser acompanhado de Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme regulamentação do órgão federal competente, que será apresentado às autoridades de trânsito sempre que solicitado.

TÍTULO IV

DOS ANIMAIS EM VEÍCULOS DE TRAÇÃO

Art. 79. Fica proibida a utilização de veículos movidos a tração animal e a condução de animais com cargas, em todo o território nacional.

§ 1º Para efeitos da proibição contida no *caput* consideram-se:

I – animais sujeitos à proibição: equinos, asininos, muares, caprinos, bovinos e bubalinos;

II – tração animal: todo meio de transporte de carga movido por propulsão animal;

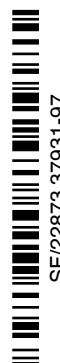
III – condução de animais com cargas: todo deslocamento de animal conduzindo cargas em seu dorso estando o condutor montado ou não.

§ 2º É vedada a permanência desses animais, soltos ou atados por cordas, ou por outros meios, em vias ou em logradouros públicos, pavimentados ou não.

§ 3º A fiscalização da proibição contida neste artigo será realizada pelos órgãos administrativos especificados em lei local, além das autoridades de trânsito já constituídas.

§ 4º O animal encontrado nas situações vedadas será apreendido pelo agente fiscalizador, que acionará o órgão municipal competente para proceder ao seu recolhimento e requisitará força policial, se necessário.

§ 5º Havendo o recolhimento do animal, a responsabilidade pela remoção e retirada dos veículos de tração animal, bem como das respectivas cargas, além das



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

despesas com a manutenção do animal, será do condutor do veículo e do proprietário da carga, solidariamente.

§ 6º Os animais apreendidos serão encaminhados à unidade de vigilância de zoonoses, ou órgão equivalente, para a realização dos procedimentos de verificação das condições de saúde, microchipagem, esterilização, bem como para o seu alojamento até que ele seja levado a adoção.

§ 7º O Poder Executivo municipal deverá instituir programa de redução do impacto das proibições contidas neste artigo, em especial à população usuária de veículo com tração animal, envolvendo as diversas secretarias e órgãos públicos municipais, além do Conselho Tutelar Animal.

TÍTULO V

DOS ANIMAIS EM ATIVIDADES DE ENTRETENIMENTO HUMANO

Art. 80. É proibida a utilização de animais, de quaisquer espécies, em circos, atividades de malabarismos e espetáculos similares.

Parágrafo único. A proibição contida no *caput* se estende aos espetáculos sem público presencial, transmitidos pela internet, aplicativos ou dispositivos eletrônicos similares.

Art. 81. Para os fins do disposto no art. 225, § 7º da Constituição Federal, a prática com animais deve ser, cumulativamente:

I – desportiva, atendendo aos princípios que norteiam o desporto nacional, contidos na Lei n.º 9.615/1998, inclusive a preservação do meio ambiente;

II – manifestação cultural, conforme o § 1º do art. 215 da Constituição Federal, registrada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro;

III – regulada por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

§ 1º Às práticas com animais consideradas intrinsecamente cruéis, nas quais não seja possível assegurar o bem-estar animal, não se aplica o disposto no art. 225, § 7º da Constituição Federal.

§ 2º A existência de Lei reconhecendo uma prática com animais como manifestação cultural e bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural, não dispensa o registro da prática pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para os fins do art. 225, § 7º da Constituição Federal.

Art. 82. A utilização de animais domésticos em eventos de exposição depende da garantia dos seus direitos fundamentais e do seu bem-estar, livre de estresse e desconforto, atestada por laudo de responsável técnico habilitado.

TÍTULO VI

DOS ANIMAIS EM EXPERIMENTOS DIDÁTICOS E CIENTÍFICOS

Art. 83. A criação e a utilização de animais em atividades de ensino e pesquisa científica, em todo o território nacional, observará a legislação federal respectiva, com as seguintes alterações:

I – a Lei n.º 11.794, de 8 de outubro de 2008, passa a ser aplicável também aos animais invertebrados sencientes, incluindo, dentre outros, todos os cefalópodes;

II – ficam proibidas as pesquisas científicas, as atividades didáticas e as testagens em animais vivos sempre que houver método, técnica ou recurso, nacional ou internacional, que substitua a utilização de animais;

III – ficam proibidas as experimentações didáticas ou científicas em primatas não humanos, cães e gatos.

§ 1º Os atos e as decisões das Comissões de Ética no Uso de Animais – CEUAs – e do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA – serão públicas e todos os indícios de maus-tratos e abusos na utilização de animais em experimentações didáticas ou científicas deverão ser comunicados às autoridades competentes para a apuração das respectivas responsabilidades criminais, sem prejuízo da apuração das demais responsabilidades, de natureza civil e administrativa.



SF/22873.37931-97

**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

§ 2º O CONCEA fará publicar, anualmente, em portal eletrônico público, as estatísticas sobre a criação e a utilização de animais em experimentação didática e científica, informando, dentre outros dados, o número global de animais criados e utilizados para esses fins no território nacional, a distribuição desse número por instituições de ensino e de pesquisa, com indicações sobre as espécies e a natureza dos experimentos, bem como os números de animais provenientes de empresas e biotérios criadores e fornecedores dos respectivos animais para laboratórios e estabelecimentos congêneres.

Art. 84. É proibida a testagem em animais de substâncias ou produtos cosméticos e similares, em todo o território nacional.

Art. 85. Compete às universidades e demais instituições de ensino e pesquisa atribuir atividade pedagógica alternativa aos que alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de vivisseção ou de experimentação didática ou científica com animais vivos.

LIVRO IV**DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ANIMAIS****TÍTULO I****DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO**

Art. 86. A política de atendimento dos direitos animais far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:

I – políticas públicas básicas para atendimento dos direitos fundamentais previstos neste Estatuto;

II – políticas públicas específicas para a proteção dos animais cujas espécies correm riscos de extinção ou sofram significativo impacto da exploração ou exploração econômica;



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

III – serviços, programas, projetos e benefícios econômicos de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências;

IV – serviços especiais de prevenção e atendimento veterinário, inclusive psicológico, aos animais vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

V – serviço de identificação e localização de animais de estimação desaparecidos;

VI – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos animais;

VII – campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de paternidade ou guarda responsável de animais em situação de rua.

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

I – municipalização do atendimento aos direitos de animais de estimação;

II – criação de conselhos municipais, estaduais, distritais e nacional dos direitos animais, órgãos deliberativos, consultivos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais, distrital e municipais;

III – criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

IV – manutenção de fundos nacional, estaduais, distrital e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos animais;

V – integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Defensoria Pública, Conselho Tutelar Animal e demais órgãos públicos encarregados da execução das políticas de atendimento dos direitos animais, para efeito de agilização do atendimento de animais e seus responsáveis humanos em situação de risco, inclusive no que se refere à prevenção e repressão da violência doméstica e familiar;

VI – conscientização e mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade na garantia dos direitos animais e na



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

substituição progressiva dos produtos de origem animal e atividades de exploração de animais;

VII – especialização e formação continuada dos profissionais que trabalham nas diferentes áreas da atenção aos animais, incluindo os conhecimentos sobre Ética e Direito Animal;

VIII – formação profissional com abrangência dos diversos direitos animais que favoreça a intersectorialidade no atendimento das diversas espécies animais em situação de risco;

IX – realização e divulgação de pesquisas sobre bem-estar animal, Direito Animal e sobre prevenção da violência contra animais.

Art. 89. A função de membro do conselho nacional e dos conselhos estaduais, distritais e municipais dos direitos animais é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

TÍTULO II

DAS ENTIDADES DE PROTEÇÃO ANIMAL

Art. 90. As entidades de proteção animal são reconhecidas como de utilidade pública e indispensáveis às políticas de atendimento dos direitos animais, especialmente em relação aos animais em situação de risco.

§ 1º As entidades referidas no *caput* são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução das suas atividades de proteção dos direitos animais.

§ 2º As entidades poderão atuar em convênio, parceria ou em regime de cooperação com o Poder Público.

§ 3º As entidades que realizem o abrigamento de animais deverão realizar planejamento, preferencialmente em cooperação com o Poder Público, para integração ou reintegração familiar dos animais de estimação resgatados e abrigados.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

§ 4º Também são reconhecidas, para os efeitos desta Lei, as atividades de proteção animal realizadas por protetores independentes, devendo os Conselhos Municipais e Distrital de Direitos Animais procederem ao seu cadastramento.

Art. 91. As entidades não-governamentais de proteção animal que realizem abrigo de animais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos Animais, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar da respectiva localidade.

§ 1º Será negado o registro à entidade que:

I – não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança para animais abrigados, nem disponha de médico veterinário para o respectivo atendimento;

II – não apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Lei, nem ofereça soluções claras e realizáveis para a prevenção de acumulação patológica de animais;

III – não mantenha prontuários individualizados dos animais abrigados, com fotografias ou vídeos do animal ao ingressar, anotações onde constem data de entrada e circunstâncias do abrigo inicial, nome, espécie e características do animal, eventuais pais humanos ou responsáveis, além de informações do estado de saúde do animal;

IV – esteja irregularmente constituída;

V – tenha em seus quadros pessoas inidôneas para o respeito aos direitos animais;

VI – não se adequar ou deixar de cumprir as resoluções e deliberações expedidas pelos Conselhos de Direitos Animais, em todos os níveis.

§ 2º O requisito do inciso III do parágrafo anterior poderá ser relevado caso a entidade se comprometa a regularizar a situação, comprovando a implementação dos prontuários, justificando as respectivas faltas de informações, em prazo não superior a 30 (trinta) dias.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

§ 3º O registro terá validade máxima de 4 (quatro) anos, cabendo ao Conselho Municipal e Distrital dos Direitos Animais, periodicamente, reavaliar o cabimento de sua renovação, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 4º O disposto nesse artigo se aplica aos protetores independentes, com exceção do inciso IV do § 1º deste artigo.

§ 5º Os requisitos previstos no § 1º deste artigo também são exigidos para o funcionamento de entidades governamentais que realizem o abrigamento de animais.

Art. 92. As entidades, públicas ou privadas, que resgatem ou abriguem animais, ainda que em caráter temporário, devem ter, à sua disposição, médico veterinário capacitado a reconhecer e reportar ao Conselho Tutelar Animal ou à autoridade policial competente suspeitas ou ocorrências de maus-tratos aos animais.

Art. 93. As entidades governamentais e não-governamentais de proteção animal serão fiscalizadas pelo Ministério Público, pelos Conselhos Tutelares Animais e pelas próprias entidades reciprocamente.

§ 1º Em caso de reiteradas infrações cometidas pelas entidades referidas no *caput*, que coloquem em risco os direitos animais assegurados nesta Lei, deverá ser o fato comunicado ao Ministério Público para as providências cabíveis, inclusive suspensão das atividades ou dissolução da entidade.

§ 2º As pessoas jurídicas de direito público e as organizações não governamentais, inclusive protetores independentes, responderão pelos danos que causarem aos animais, caracterizado o descumprimento dos princípios norteadores das atividades de proteção específica.

TÍTULO III

DOS CONSELHOS TUTELARES ANIMAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

Art. 94. O Conselho Tutelar Animal é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos animais, definidos nesta Lei.

Parágrafo único. A atuação dos conselheiros tutelares animais não impede, nem exime a atuação dos demais órgãos da administração pública, nos âmbito de suas competências, para a proteção dos direitos fundamentais animais.

Art. 95. Em cada município e no Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar Animal, como órgão integrante da Administração Pública local, composto de 5 (cinco) membros titulares, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução desde que respeitados novos processos de escolha.

Parágrafo único. Serão escolhidos, também, 5 (cinco) membros suplentes, os quais ocuparão a função em caso de afastamento, por qualquer motivo, de membro efetivo, pelo prazo que durar tal afastamento.

Art. 96. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar Animal, serão exigidos os seguintes requisitos:

- I – idade igual ou superior a dezoito anos;
- II – reconhecida idoneidade moral;
- III – ensino fundamental completo;
- IV – reconhecida experiência na proteção de animais; e
- V – residir no município.

Art. 97. Constará da lei orçamentária municipal a previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar Animal e à formação continuada dos conselheiros tutelares animais.

§ 1º Os Conselheiros Tutelares Animais, no exercício da função, terão direito à percepção de uma ajuda de custo mensal, fixada na lei orçamentária municipal, em valor não inferior a 1 (um) salário-mínimo.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

§ 2º Funcionará junto ao Conselho Tutelar Animal, ao menos 1(um) médico veterinário, com atribuições para o diagnóstico dos maus-tratos a animais, provido pelo município.

Art. 98. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar Animal constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Parágrafo único. A função de Conselheiro Tutelar Animal é compatível com o exercício de outra atividade profissional voluntária ou remunerada, desde que não represente conflito de interesses com a proteção dos direitos animais e haja compatibilidade de horários.

Art. 99. É dever de todos comunicar ao Conselho Tutelar Animal, sem prejuízo de outras iniciativas e comunicações cabíveis, os casos de suspeita de negligência, abuso, crueldade e maus-tratos a animais de estimação, silvestres e domésticos com valor econômico.

Parágrafo único. Ninguém se exime do dever de colaborar com o Conselho Tutelar Animal para o descobrimento da verdade sobre os fatos que possam configurar infração administrativa às normas de proteção dos direitos animais e do meio ambiente faunístico.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

Art. 100. São atribuições do Conselho Tutelar Animal:

I – atender os animais em situação de risco de vulneração dos direitos fundamentais previstos nesta Lei e na lei local;

II – atender e orientar os pais humanos, tutores ou responsáveis de animais;

III – promover a execução de suas decisões e a realização das suas atribuições, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, medicina veterinária, educação, serviço social, psicologia, segurança, inclusive a Guarda Municipal, e meio ambiente;



SF/22873.37931-97

**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

b) solicitar o apoio de protetores independentes ou de entidades de proteção animal, inclusive os que se dediquem ao abrigo institucional de animais;

c) requisitar documentos indispensáveis à instrução de seus procedimentos administrativos, tais como prontuários médico-veterinários, cadernetas de vacinação, vídeos de monitoramento ou de segurança pública ou privada, desde que não estejam resguardados por sigilo imposto por lei;

d) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV – encaminhar à autoridade policial ou ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal ambiental ou contra a dignidade animal, nos termos da Lei Federal n.º 9.605/1998 e demais leis penais;

V – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que enseje a instauração de inquérito civil público, a expedição de recomendação ministerial, a celebração de termo de ajustamento de conduta ou o ajuizamento de ação civil pública, ou outra legal cabível, por descumprimento de normas de proteção ao meio ambiente, à fauna ou aos direitos animais, individuais ou coletivos;

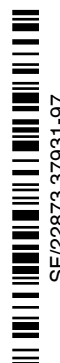
VI – encaminhar aos órgãos de fiscalização ambiental e animal cópia das denúncias por crueldade, abuso e maus-tratos a animais atendidos pelo Conselho para as providências legais cabíveis;

VII – encaminhar à Procuradoria-Geral do Município as denúncias por crueldade, abuso e maus-tratos a animais atendidos pelo Conselho para as providências legais cabíveis;

VIII – encaminhar à autoridade judiciária os demais casos de sua competência;

IX – expedir notificações;

X – auxiliar a fiscalização do cumprimento das penas alternativas e sanções administrativas impostas em decorrência da violação das normas de proteção ao meio ambiente;



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

XI – aplicar as sanções administrativas previstas em lei, de competência municipal, por infração administrativa às normas de proteção dos direitos animais e do meio ambiente faunístico, fiscalizando o respectivo cumprimento;

XII – fiscalizar entidades de proteção animal que realizem programas de abrigamento de animais em situação de risco;

XIII – assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos animais, sobretudo em relação aos animais em situação de rua ou de abandono e em abrigamento institucional;

XIV – auxiliar na coleta de dados estatísticos sobre a população animal do município;

XV – promover e incentivar, na comunidade e junto às organizações governamentais e não-governamentais, a educação ambiental e a educação animalista, incluindo ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos, crueldade e abuso contra animais, de primeiros socorros a animais, de arrecadação de alimentos, medicamentos e doações em espécie para aquelas entidades ou protetores independentes de animais, mediante credenciamento desses beneficiários e de estabelecimento de convênios com fabricantes e fornecedores de ração, de medicamentos e de bens de limpeza e higiene animal, dentre outras medidas pertinentes;

XVI – participar de protocolos interinstitucionais de atendimento aos animais em situação de risco e de prevenção dos maus-tratos, da crueldade e do abuso a animais, inclusive no âmbito da violência familiar e doméstica.

§ 1º No exercício das suas atribuições, o Conselho Tutelar Animal poderá solicitar a colaboração técnica ou pareceres da Procuradoria-Geral do Município, do setor responsável pelo atendimento veterinário municipal e de outros órgãos municipais de assessoramento do Poder Executivo.

§ 2º O Conselho Tutelar Animal poderá também se valer de colaboração técnica e de pareceres exarados por instituições de ensino superior, públicas e privadas, bem como de pessoas físicas de notável saber na área do conhecimento necessário ao deslinde da questão submetida.

Art. 101. Com exceção à atribuição prevista no inciso X do artigo anterior, as decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.



SF/22873.37931-97

**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **ALVARO DIAS****CAPÍTULO III****DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS**

Art. 102. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar Animal será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos Animal, e a fiscalização do Ministério Público e das entidades de proteção animal.

§ 1º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar Animal é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, sob pena de eliminação do processo de escolha.

§ 2º São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Art. 103. Os Conselheiros Tutelares Animais eleitos deverão submeter-se a cursos de formação inicial, continuada e de aperfeiçoamento, visando a atualizar e a ampliar seus conhecimentos sobre os direitos animais e sobre técnicas e soluções de enfrentamento à violência e à prática do abuso, da crueldade e dos maus-tratos contra animais, inclusive nas suas conexões com a violência doméstica e familiar.

LIVRO V**DO ACESSO À JUSTIÇA****TÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 104. Nenhuma ameaça ou lesão a direitos animais será excluída da apreciação do Poder Judiciário.

Parágrafo único. Os animais abrangidos por esta Lei têm acesso à justiça, ao Ministério Público e à Defensoria Pública para a proteção dos seus direitos individuais ou coletivos.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

Art. 105. Os animais têm capacidade de ser parte em processos judiciais para a tutela jurisdicional de seus direitos.

Parágrafo único. A tutela jurisdicional individual dos animais prevista no *caput* deste artigo não exclui a sua tutela jurisdicional coletiva.

Art. 106. Os animais serão representados em juízo pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pelas entidades de proteção animal ou por aqueles que detenham o respectivo poder familiar ou tutela.

Parágrafo único. A autoridade judiciária dará curador especial ao animal, sempre que os interesses deste colidirem com os de seus pais humanos, tutores ou responsáveis, ou quando carecer de representação legal ainda que eventual.

Art. 107. A União, os estados e o Distrito Federal poderão criar varas especializadas em Direito Animal ou em tutela jurisdicional da fauna, cabendo ao Poder Judiciário estabelecer sua proporcionalidade por número de habitantes, dotá-las de infraestrutura, inclusive com a presença de peritos em Medicina Veterinária Legal, e dispor sobre o atendimento, inclusive em plantões.

Art. 108. O Ministério Público da União e dos estados poderão especializar suas Promotorias e Procuradorias para o atendimento dos direitos animais e criar Centros de Apoio Operacional específicos para a área.

Art. 109. As Polícias Cíveis dos estados e a Polícia Federal deverão criar delegacias especializadas no combate aos crimes contra animais, bem como incluir uma disciplina obrigatória de investigação e combate aos maus-tratos contra animais na grade curricular dos cursos de formação e atualização policial.

Art. 110. As Polícias Científicas dos estados e a federal, sejam elas vinculadas às respectivas Polícias ou não, deverão criar setores especializados em perícia em animais para a perícia legista e a criminal, bem como a criação de cargos de perito legista médico-veterinário e de perito criminal médico-veterinário.

Art. 111. Para defesa dos direitos e interesses protegidos por esta Lei, são admissíveis todas as espécies de ações pertinentes.

§ 1º Aplicam-se às ações previstas neste Livro as normas do Código de Processo Civil.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

§ 2º Contra atos ilegais ou abusivos de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público, que lesem direito líquido e certo previsto nesta Lei, caberá ação mandamental, que se regerá pelas normas da lei do mandado de segurança, bem como a responsabilização administrativa e criminal ao agente que praticar tais atos de forma dolosa.

§ 3º Para a proteção do direito animal de ir e vir, admitir-se-á a impetração de *habeas corpus*, nos termos do art. 5º, LVIII da Constituição.

Art. 112. Contra os animais não corre a prescrição, nem a decadência.

TÍTULO II

DA PROTEÇÃO JUDICIAL DOS DIREITOS ANIMAIS INDIVIDUAIS

Art. 113. São admitidas todas as ações inibitórias, preventivas, repressivas e indenizatórias para a proteção dos direitos animais individuais previstos nesta Lei.

§ 1º Os animais poderão demandar em nome próprio, singularmente ou em litisconsórcio, representados na forma do art. 106.

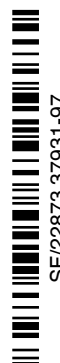
§ 2º Os direitos animais individuais são considerados indisponíveis, para os efeitos legais, mas admitem autocomposição por meio de seus representantes legais.

§ 3º Ninguém poderá pleitear direitos animais individuais em nome próprio, salvo quando autorizado pela lei.

Art. 114. É cabível indenização por danos materiais, estéticos, morais e existenciais causados aos animais, cumulativamente, além de pensão alimentícia, quando for o caso.

§ 1º A indenização será devida integralmente ao próprio animal, mas administrada por seu representante legal, com o dever de prestação de contas em juízo.

§ 2º A concessão de indenização ao animal não prejudica a indenização devida aos pais humanos, tutores ou entidade de proteção animal que tenha resgatado ou cuidado do animal.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

Art. 115. Presentes os pressupostos legais, é cabível a tutela provisória, de urgência ou da evidência, para atender as ações com animais demandantes.

Art. 116. A ação, tendo animal como autor ou litisconsorte, poderá ser proposta no foro do domicílio, residência ou local onde se encontre o animal.

Art. 117. Nas ações, de qualquer natureza, com animais demandando, em nome próprio, seus direitos individuais, será observado o seguinte:

I – terão prioridade de tramitação, na forma da lei processual civil;

II – são cabíveis o litisconsórcio, a assistência e a intervenção do *amicus curiae*;

III – os animais serão identificados e qualificados por nome, espécie, características físicas individuais e, se houver, número de microchip, de registro civil ou de qualquer outro documento similar;

IV – deverá ser anexada à petição inicial fotografia colorida atualizada do animal autor da demanda;

V – na produção de provas, inclusive as antecipadas, serão priorizadas inspeções judiciais e vistorias técnicas presenciais, especialmente nas demandas em que se alegue violação de direitos animais em fazendas, granjas, frigoríficos, mercados e outros estabelecimentos industriais ou comerciais similares, e em condomínios residenciais ou comerciais;

VI – as perícias serão realizadas preferencialmente por médicos veterinários com especialização em Medicina Veterinária Legal;

VII – o Ministério Público, quando não atuar como representante do animal, atuará como fiscal da ordem jurídica;

VIII – a sentença ou a decisão de mérito conterà fundamentação analítica e, em caso de improcedência, enfrentará todos os argumentos contidos na petição inicial, capazes de infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

IX – a sentença de procedência em favor do animal começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação;



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

X – no caso de cumprimento de decisão que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, o juiz poderá determinar o arresto de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira do executado, antes mesmo da intimação do devedor para pagar;

XI – as multas processuais e indenizações devidas ao autor se destinarão ao animal, na forma do art. 35, § 1º desta Lei, ou, em caso de falecimento do animal no curso do processo, serão revertidas para o fundo de direitos animais ou para entidades de proteção animal, a critério do juiz.

Parágrafo único. Os tribunais farão as modificações necessárias nos processos eletrônicos para permitir e facilitar a participação de animais como autores de demandas judiciais.

TÍTULO III

DA PROTEÇÃO JUDICIAL DOS DIREITOS ANIMAIS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS, COLETIVOS E DIFUSOS

Art. 118. Para a proteção dos direitos individuais homogêneos, coletivos e difusos dos animais são cabíveis todas as espécies de ações pertinentes, inclusive o mandado de segurança coletivo e a ação popular.

Parágrafo único. Aplicam-se às ações coletivas, no que couber, as demais disposições contidas dos títulos anteriores deste Livro.

Art. 119. No controle da representatividade adequada do autor coletivo, o juiz poderá analisar, de ofício ou a requerimento:

I – a credibilidade, a capacidade, o prestígio e a experiência do representante;

II – seu histórico na proteção judicial e extrajudicial dos direitos animais;

III – sua conduta em outros processos envolvendo direitos animais;

IV – a coincidência entre os interesses animais e o objeto da demanda;



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

V – o tempo de instituição da entidade e a representatividade dela ou da pessoa física perante os interesses animais.

Parágrafo único. A falta de representatividade adequada do autor coletivo não enseja a extinção do processo, mas a substituição por outro colegitimado para a ação, devendo o juiz notificar os possíveis colegitimados para que manifestem interesse em dar prosseguimento à demanda, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 120. O juiz, sempre que necessário para qualificar a cognição judicial, deve admitir *amicus curiae* com notória especialização em Direito Animal ou nas ciências jurídicas e veterinárias correlatas.

Art. 121. Nas ações coletivas para proteção dos direitos animais, com potencial de alto impacto econômico ou social, o juiz deverá realizar audiências públicas sobre o objeto da demanda, desde que isso não comprometa a celeridade e a efetividade processuais, com ampla publicidade.

Art. 122. O animal vítima pode promover a execução individual de decisão coletiva de procedência, mesmo nas causas ambientais.

Art. 123. Os legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

LIVRO VI

DOS CRIMES E DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

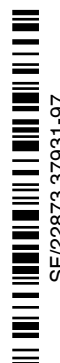
TÍTULO I

DOS CRIMES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 124. Este Capítulo dispõe sobre crimes praticados contra a dignidade animal, por ação ou omissão, sem prejuízo do disposto na Lei n.º 9.605/1998 e legislação penal correlata.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

Art. 125. Aplicam-se aos crimes definidos nesta Lei as normas da Parte Geral do Código Penal e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal.

Art. 126. Os crimes definidos nesta Lei são de ação pública incondicionada.

Art. 127. O animal, enquanto ofendido pelos crimes previstos nesta Lei, pode, por meio de seu representante legal, se habilitar a acompanhar o inquérito policial e a atuar como assistente de acusação no processo penal.

Art. 128. O juiz poderá admitir, no inquérito policial e no processo penal, *amicus curiae*, com notória especialização em Direito Animal ou nas correlatas ciências jurídicas e veterinárias.

Art. 129. A indenização mínima, prevista no art. 387, IV, do Código de Processo Penal, será devida ao animal ofendido, na forma do art. 35 desta Lei.

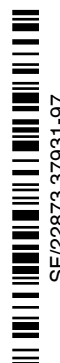
§ 1º No caso de morte do animal ofendido, a indenização prevista no *caput* desse artigo servirá para ressarcir quem arcou com as despesas médico-hospitalares, funerárias e eventuais outros gastos no socorro do animal.

§ 2º No caso de não comprovação das despesas previstas no parágrafo anterior, a indenização será revertida para o fundo de direitos animais, para o aparelhamento das Delegacias de Polícia Civil responsáveis pela proteção animal ou para entidades de proteção animal, a critério do juiz.

Art. 130. O crime de tráfico ilícito de animais silvestres, consumado ou tentado, passa a ser considerado hediondo, para fins de aplicação da Lei n.º 8.072, de 25 de julho de 1990.

Art. 131. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

§ 1º A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato, bem como as beneficiadas, direta ou indiretamente, com a infração ou o crime praticado.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

§ 2º Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao animal.

CAPÍTULO II

DOS CRIMES EM ESPÉCIE

Art. 132. Matar cão, gato, ou outro animal de estimação, ou espécime de cetáceo ou de primata não-humano:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

Parágrafo único. Se o zoocídio é culposo:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

Art. 133. Privar ou restringir a liberdade de espécimes de cetáceos ou de primatas não-humanos, se o fato não constitui crime mais grave:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. Não há crime quando a privação ou a restrição da liberdade do animal se dá em função de cuidados com a sua saúde ou para evitar a extinção da espécie.

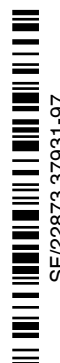
Art. 134. Criar, manter ou reproduzir animais silvestres em cativeiro fora dos casos permitidos por esta Lei.

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 135. Molestar cetáceo em águas jurisdicionais brasileiras:

Pena – reclusão, de 1 (um) e 4 (quatro) anos, multa e perdimento da embarcação e dos equipamentos utilizados.

§ 1º Se resulta em ofensa à integridade física ou psicológica do animal:



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e perdimento da embarcação e dos equipamentos utilizados.

§ 2º Se resulta morte do animal e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, multa e perdimento da embarcação e dos equipamentos utilizados.

Art. 136. Incidir em quaisquer das proibições constantes do art. 69 desta Lei:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e perdimento da embarcação e dos equipamentos utilizados.

§ 1º Poderá o juiz, considerando o grande número de animais aquáticos atingidos pela conduta do agente, a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena até o triplo.

§ 2º Na hipótese dos incisos III e IV do art. 69 desta Lei, o juiz poderá, considerando o pequeno número de animais aquáticos atingidos pela conduta do agente, a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, diminuir a pena de um sexto a um terço.

Art. 137. Incidir nas proibições constantes dos incisos art. 75 desta Lei:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa

§ 1º Poderá o juiz, considerando o grande número de animais atingidos pela conduta do agente, a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena até o triplo.

§ 2º Na hipótese do inciso III do art. 75 será decretado o perdimento da embarcação.

§ 3º Na hipótese dos incisos I, II e VIII do art. 75 será decretado o perdimento do estabelecimento industrial, pecuário ou comercial envolvido, caso seja usado, exclusivamente, às atividades proibidas, podendo o juiz decretar a perda de bens



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime quando o estabelecimento realizar outras atividades para além das proibidas.

Art. 138. Entregar, doar, remeter ou de qualquer forma encaminhar, ainda que gratuitamente, animal doméstico com valor econômico, tornado animal de estimação, para o abate pecuário ou pesqueiro, mesmo que a morte não se faça imediatamente:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

Art. 139. Transportar, mandar ou contratar alguém para transportar animal vivo, sem observar as condições do art. 76 desta Lei, causando-lhe intenso sofrimento:

Pena – reclusão, de 1 (um) e 4 (quatro) anos, multa.

§ 1º Se resulta em ofensa à integridade física do animal:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e perdimento do veículo.

§ 2º Se resulta morte do animal:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, multa e perdimento do veículo.

Art. 140. Conduzir ou utilizar, de qualquer modo, veículos movidos à tração animal e a condução de animais com cargas:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Se resulta em ofensa à integridade física ou psicológica do animal:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e perdimento do veículo e do animal.

§ 2º Se resulta morte do animal:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, multa e perdimento do veículo e do animal.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

Art. 141. Utilizar animais, de quaisquer espécies, em circos, atividades de malabarismos e espetáculos similares, com público presencial, ou transmitidos pela internet, aplicativos ou dispositivos eletrônicos similares:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa

§ 1º A pena é aumentada metade se resulta em ofensa à integridade física ou psicológica do animal.

§ 2º A pena é dobrada se resulta morte do animal.

Art. 142. Organizar, realizar, patrocinar, subvencionar ou de qualquer forma contribuir, ainda que gratuitamente, para práticas com animais que não atendam aos requisitos do art. 81 desta Lei, com público presencial, ou transmitidos pela internet, aplicativos ou dispositivos eletrônicos similares:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º Se o crime for cometido com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, multa e perda do cargo ou função.

§ 2º Poderá o juiz, considerando o grande número de animais atingidos pela conduta do agente, a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena até o dobro.

§ 3º O juiz decretará o perdimento do estabelecimento comercial envolvido, caso seja usado, exclusivamente, às atividades proibidas, podendo o juiz decretar a perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime quando o estabelecimento realizar outras atividades para além das proibidas.

Art. 143. Criar ou utilizar animais vivos em atividades de ensino ou de pesquisa científica quando houver método, técnica ou recurso nacional que substitua a utilização de animais:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

Art. 144. Criar ou utilizar animais invertebrados sencientes vivos em atividades de ensino ou pesquisa científica sem certificação ou autorização da respectiva Comissão de Ética no Uso de Animais.

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 145. Criar ou utilizar primatas não humanos, cães ou gatos em experimentação didática ou científica:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Se resulta em ofensa à integridade física ou psicológica do animal:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 2º Se resulta morte do animal:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 146. Testar substâncias ou produtos cosméticos e similares em animais vivos:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único: Se resulta em morte ou em deformações físicas permanentes que afetem a qualidade de vida do animal:

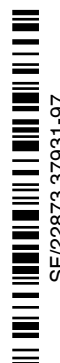
Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 147. Impedir, restringir ou embaraçar o exercício da escusa de consciência, na forma do art. 85 desta Lei:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

Art. 148. Deixar de comunicar às autoridades competentes indícios de maus-tratos e abusos na utilização de animais em experimentações didáticas ou científicas:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

Art. 149. Privar ou restringir, sem justa causa, a liberdade de locomoção de animal de estimação nas áreas comuns de condomínios residenciais:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

Art. 150. Impedir ou embaraçar a alimentação, a dessedentação ou os cuidados de saúde de animais comunitários, em situação de rua ou habitantes das áreas comuns de condomínios:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Se resulta em morte:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 151. Realizar rifas, sorteios, loterias, bingos e similares, em eventos presenciais ou realizados por meio das redes sociais ou de quaisquer aplicativos eletrônicos, tendo por objeto animais:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

Art. 152. Lançar o corpo de animal morto no lixo ou em depósito similar, que não observe as regras da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010).

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

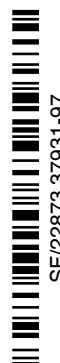
§ 1º Nas mesmas penas incorre quem vilipendia cadáver animal ou suas cinzas.

§ 2º A pena é aumentada de um terço à metade se ocorrerem danos ao meio ambiente.

Art. 153. Abandonar animal de estimação:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de um sexto a um terço se resulta em ofensa à integridade física do animal.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

§ 2º A pena é aumentada metade se ocorre a morte do animal.

Art. 154. Fornecer, servir, ministrar, injetar, aplicar ou entregar a consumo, de qualquer forma, a animal, bebida alcoólica, droga, substância entorpecente ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.

Art. 155. Praticar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso com animal de qualquer espécie:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada até a metade se ocorre grave ofensa à integridade física ou psicológica do animal.

§ 2º A pena é aumentada até o dobro se ocorre morte do animal.

Art. 156. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de zoerastia ou abuso sexual com animal de qualquer espécie:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem:

I – vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de zoerastia ou abuso sexual envolvendo animal;

II – oferecer, trocar, disponibilizar, compartilhar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de zoerastia ou abuso sexual envolvendo animal;

III – adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de zoerastia ou abuso sexual envolvendo animal;



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

IV – assegurar os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o *caput* deste artigo;

V – assegurar, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º As condutas tipificadas nos incisos IV e V do § 1º este artigo são puníveis quando o responsável legal pela prestação do serviço, oficialmente notificado, deixa de desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito de que trata o *caput* deste artigo.

§ 3º Não há crime se a posse ou o armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas neste artigo, quando a comunicação for feita por:

I – agente público no exercício de suas funções;

II – membro de entidade, legalmente constituída, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos neste artigo;

III – representante legal e funcionários responsáveis de provedor de acesso ou serviço prestado por meio de rede de computadores, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário.

§ 4º As pessoas referidas no parágrafo anterior deste artigo deverão manter sob sigilo o material ilícito referido.

§ 5º Para efeito dos crimes previstos neste artigo, a expressão “zooerastia” compreende conjunção carnal ou ato libidinoso de humano com animal não humano de qualquer espécie ou qualquer outra situação que envolva animal em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de animal para fins primordialmente sexuais.

Art. 157. Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, a animal atropelado ou ferido, ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública:

Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

Parágrafo único – A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta ofensa à integridade física do animal, e triplicada, se resulta a morte.

Art. 158. Impedir, restringir ou embaraçar a fiscalização de canil ou gatil, públicos ou privados, ou locais onde esteja ocorrendo possível caso de maus-tratos a animal, por entidade de proteção animal, por autoridade administrativa ou por autoridade policial.

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

Art. 159. Praticar violência institucional contra animais vítimas ou contra quem for à Delegacia ou à qualquer unidade policial, civil ou militar, para noticiar crime contra os animais, bem como submeter qualquer animal vítima de infração penal a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos.

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

TÍTULO II

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 160. As infrações e sanções administrativas previstas nesta Lei não excluem outras, previstas na legislação federal, estadual, distrital e municipal.

Art. 161. Constitui infração administrativa de Direito Animal toda ação ou omissão que importe na inobservância de preceitos estabelecidos por esta Lei, inclusive as condutas tipificadas como crimes, ou na desobediência às determinações das autoridades administrativas competentes.

Art. 162. Toda pessoa física ou jurídica de direito público ou privado está sujeita às prescrições legais, ficando obrigada a cooperar, inclusive por meios próprios, com a fiscalização na aplicação desta Lei.

Art. 163. Para a imposição e gradação das sanções referentes às infrações definidas nesta Lei serão considerados(as):



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

I – a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde e o bem-estar do animal;

II – os antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação de crimes ambientais;

III – a situação econômica do infrator, no caso de incidência de multa, devendo sua aplicação ser diretamente proporcional à sua capacidade financeira.

Parágrafo único. Responderá pela infração quem de qualquer modo a cometer ou concorrer para sua prática, de modo comissivo ou omissivo, ou dela se beneficiar.

Art. 164. Sem prejuízo da obrigação de o infrator reparar o dano por ele causado ao animal e da aplicação das sanções civis e penais cabíveis, as infrações descritas nesta Lei serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as seguintes sanções administrativas, considerando-se, quando de sua aplicação, cada animal atingido individualmente:

I – advertência por escrito;

II – multa simples, dobrada em caso de reincidência;

III – multa diária, até que sejam cessados os maus-tratos ou o desrespeito às normas legais;

IV – resgate e apreensão de animais, pela autoridade competente, dos animais encontrados em situação de vulnerabilidade de seus direitos fundamentais, especialmente quando forem constatados maus-tratos;

V – apreensão de produtos e subprodutos, instrumentos, apetrechos, equipamentos e veículos de qualquer natureza, inclusive embarcações e navios, utilizados no cometimento da infração;

VI – destruição ou inutilização do produto;

VII – suspensão de venda e fabricação do produto;

VIII – embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

- IX – demolição de obra;
- X – suspensão parcial ou total das atividades;
- XI – restritiva de direitos e
- XII – interdição definitiva dos estabelecimentos.

§ 1º Os valores cominados no Capítulo II deste Título, quando não disposto de forma diferente, referem-se à multa simples e não impedem a aplicação cumulativa das demais sanções previstas neste artigo.

§ 2º Caso a penalidade seja aplicada a órgão público ou a pessoa jurídica de direito público, haverá direito de regresso contra o agente público responsável direto pela infração.

Art. 165. Além das sanções específicas a que está sujeito, fica o infrator obrigado a custear todas as despesas médico-veterinárias decorrentes dos maus-tratos infligidos ao animal, tais como consultas, cirurgias, medicamentos, fisioterapias e peças ortopédicas.

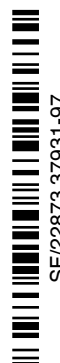
Art. 166. A pessoa física ou jurídica que violar os direitos fundamentais animais ou cometer maus-tratos contra animais:

I – não poderá se nomeada depositária ou guardião do animal cujos maus-tratos foram identificados;

II – perderá definitivamente a guarda do animal tão logo seja julgado subsistente o auto de infração;

III – perderá também, em definitivo, a guarda de outros animais que estejam sob sua guarda ou posse, ainda que não comprovados os maus-tratos em relação a eles em específico, quando subsistente o auto de infração;

IV – não poderá, por 10 (dez) anos, computados do auto de infração ou medida equivalente identificadora dos maus-tratos, adotar ou ficar, ainda que temporariamente, com a guarda de quaisquer animais.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

Parágrafo único. O prazo previsto no inciso IV será reiniciado toda vez que outra constatação de maus-tratos for apurada pelas autoridades competentes.

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS EM ESPÉCIE

Art. 167. Deixar o pai ou a mãe humano, o tutor ou o responsável pelo animal de estimação de adotar quaisquer das providências previstas no art. 36 desta Lei:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por providência omitida.

§ 1º A multa poderá deixar de ser aplicada caso o sujeito ativo, uma vez notificado para implementar a providência, o faça no prazo designado pelo agente fiscalizador.

§ 2º Em caso de reincidência, a multa poderá ser dobrada.

Art. 168. Deixar de comunicar ao órgão público municipal competente, no prazo legal, o resgate de cão ou gato em situação de rua, independentemente de adoção, visando a formar ou a ampliar família multiespécie:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

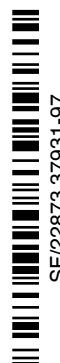
Parágrafo único. A multa poderá deixar de ser aplicada caso o agente fiscalizador ateste que o animal resgatado se encontra integrado à família multiespécie e em boas condições de saúde e bem-estar.

Art. 169. Deixar o síndico ou o administrador de condomínio de comunicar às autoridades competentes a ocorrência ou a suspeita de maus-tratos a animais:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Art. 170. Deixar de observar as condições estabelecidas no art. 76 para o transporte de animais vivos:

Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), por animal transportado e apreensão do veículo, nos termos do art. 77 desta Lei.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

Art. 171. Transportar animal vivo sem Guia de Trânsito Animal (GTA):

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Art. 172. Deixar equinos, asininos, muares, caprinos e bovinos soltos ou atados por cordas, ou por outros meios, em vias ou em logradouros públicos, pavimentados ou não.

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por animal, além da apreensão deste, na forma do art. 79 desta Lei.

Parágrafo único. A multa poderá ser dobrada caso o fato produza sofrimento intenso no animal.

Art. 173. Utilizar animal doméstico em evento de exposição sem laudo de responsável técnico habilitado que ateste o bem-estar do animal, inclusive quanto à liberdade de estresse e de desconforto:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por animal utilizado.

Art. 174. Negar, impedir ou embaraçar o acesso à documentação que comprove a legalidade da eutanásia de animal à entidade de proteção animal, no caso previsto no art. 54 desta Lei:

Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ao(s) responsável(is) direto(s) pela negativa, impedimento ou embaraço.

Art. 175. Negar registro no Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos Animais, sem justa causa, à entidade de proteção animal:

Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 176. A Receita Federal do Brasil, no prazo de 90 (noventa) dias, editará ato normativo regulamentando a inscrição de animais no Cadastro de Pessoas Físicas, para fins de controle de rendas, bem e patrimônio animal.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

Art. 177. A disciplina de Direito Animal, na qual também sejam estudados as regras e os princípios deste Estatuto, integrará o programa dos concursos públicos para a Magistratura, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os cargos policiais, nas esferas federal, estaduais e distrital, além das guardas municipais.

Parágrafo único. O *caput* deste artigo também se aplica aos currículos das escolas oficiais de formação e aperfeiçoamento de Magistrados, Promotores de Justiça e Procuradores da República, Defensores Públicos da União, dos estados e do Distrito Federal, Delegados da Polícia Federal e Civil e Guardas Municipais.

Art. 178. A Imprensa Nacional e demais gráficas da União, da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal promoverão edição popular do texto integral deste Estatuto, que será posto à disposição das escolas e das entidades de atendimento e de defesa dos direitos animais.

Art. 179. A União regulamentará o art. 78 desta Lei em 90 (noventa) dias.

Art. 180. O Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA – fará publicar as primeiras estatísticas previstas do art. 83, § 2º desta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 181. A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios concederão incentivos fiscais para produtos e serviços que não utilizem matéria-prima de origem animal.

Art. 182. As campanhas publicitárias sobre produtos ou serviços que utilizem matéria-prima de origem animal deverão incluir advertência final, centralizada e com letras maiúsculas, com tamanho e formato suficientes para ser bem visualizada pelo consumidor, com os seguintes dizeres: “PRODUTO COM MATÉRIA-PRIMA DE ORIGEM ANIMAL” ou “SERVIÇO COM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL”.

Parágrafo único. A inobservância do *caput* caracteriza infração administrativa, punida na forma do art. 163 desta Lei.

Art. 183. Ficam proibidas, em todo o território nacional, a criação e a utilização de animais para o diagnóstico da raiva.

Parágrafo único. A inobservância do *caput* caracteriza o crime do art. 142 desta Lei.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

Art. 184. Os zoológicos, fundações, aquários e estabelecimentos públicos e privados similares que mantêm primatas não humanos e cetáceos em cativeiro, fora das hipóteses permitidas por esta lei, deverão se adaptar aos preceitos desta Lei no prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo único. A manutenção dos animais para além do tempo previsto no *caput* deste artigo configura o crime previsto no art. 133 desta Lei.

Art. 185. A Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC – expedirá, em 180 (cento e oitenta) dias, regulamentação sobre o transporte aéreo de animais de estimação nas cabines das aeronaves.

Art. 186. O Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – promoverá estudos e submeterá, em 90 (noventa) dias, ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA – proposta para a abolição progressiva da criação amadorística e comercial de passeriformes, de que trata a Instrução Normativa IBAMA n.º 10, de 19 de setembro de 2011.

Art. 187. A República Federativa do Brasil participará dos esforços para elaboração de uma Convenção Internacional dos Direitos dos Animais.

Art. 188. Todos os agentes públicos, no exercício da fiscalização da caça, são equiparados aos agentes de segurança pública, sendo-lhes assegurado o porte de armas.

Art. 189. A data de promulgação deste Estatuto dos Animais será conhecida e comemorada como “Dia Nacional dos Direitos Animais”.

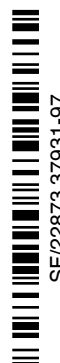
Art. 190. A Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015, Código de Processo Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 75.....

XII – os animais não-humanos, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pelas associações de proteção dos animais ou por aqueles que detenham sua tutela ou guarda.” (NR)

“Art. 1.048.....

.....



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

V – em que figure animal não humano como parte.” (NR)

Art. 191. O art. 82 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 82.

Parágrafo único. O *caput* não se aplica aos animais, regidos por legislação própria.” (NR)

Art. 192. A Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 29.

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa

.....” (NR)

“Art. 30.

Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.” (NR)

“Art. 32.

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

.....

§ 3º Se o crime é culposo:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.” (NR)

Art. 193. A Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, fica acrescida dos arts. 29-A e 30-A:

“Art. 29-A. Vender, expor ou anunciar à venda, oferecer, exportar, importar ou introduzir no País, adquirir, receber,



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

trazer consigo, guardar, ter em cativeiro ou em depósito, utilizar, fornecer, remeter ou transportar, ainda que gratuitamente, ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, inclusive aquática, nativa, exótica ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem vender, expor ou anunciar à venda, oferecer, exportar, importar ou introduzir no País, adquirir, receber, trazer consigo, guardar, ter em cativeiro ou em depósito, utilizar, fornecer, remeter ou transportar, ainda que gratuitamente, ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, inclusive aquática, nativa, exótica ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados.

§ 2º A pena poderá ser reduzida em até dois terços no caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção e desde que o agente não tenha antecedentes da prática de crimes contra a fauna previstos nesta Lei.

§ 3º Se o crime previsto no caput ou parágrafo primeiro é praticado:

I – contra espécie rara, endêmica de biomas brasileiros ou considerada ameaçada de extinção, ainda que somente no local da infração, ou contra animais oriundos de unidades de conservação;

II – com o agente prevalecendo-se de função pública ou no desempenho de atividade de guarda, vigilância, proteção ou criação de animais;

III – com violência ou grave ameaça à pessoa ou com emprego de arma de fogo;



SF/22873.37931-97

**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

IV - com o uso de gaiola, mala, caixa, saco ou recipiente similar que submeta o animal a maus-tratos, bem como com armazenamento ou transporte do animal em veículos que o submeta a essa mesma situação;

V - com a modificação física do animal por meio de processos como depenagem, pintura, tatuagem, mutilação ou qualquer outro que implique em alteração das características originais ou típicas do animal;

VI - com o fim de extrair pele, penas, dentes, patas ou outras partes do animal para a confecção de produtos de vestuário ou de decoração, remédios populares, artefatos artísticos, religiosos ou similares;

VII - entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal;

VIII - para obtenção de lucro ou de vantagem pecuniária.

Pena - reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 4º A pena é aumentada de um a dois terços, se ocorre morte do animal.

§ 5º A pena é aumentada até o triplo, quando a natureza, a procedência do animal apreendido e as circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade do delito.”

“Art. 30-A. Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 29, 29-A e 30 desta Lei:

Pena - reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente.”



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

Art. 194. O art. 2º da Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 2º.

.....

XI – a promoção dos direitos dos animais não humanos sencientes.” (NR)

Art. 195. O art. 29 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 29.

.....

§ 5º O disposto neste artigo também é aplicável para o registro civil de animais de estimação.” (NR)

Art. 196. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Parágrafo único. Enquanto não editado o Decreto previsto no *caput* será aplicado, naquilo em que não conflitar com esta Lei, o Decreto n.º 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 197. Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação, com exceção do disposto nos arts. 75, VIII, 79, 134 e 137 desta Lei, que entrarão em vigor 1 (um) ano após a sua publicação.

Art. 198. Revogam-se as Resoluções n.º 394, de 6 de novembro de 2007, e n.º 489, de 26 de outubro de 2018, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e demais disposições regulamentares contrárias aos preceitos desta Lei.

Art. 199. Revogam-se a Lei n.º 5.197, de 3 de janeiro de 1967, a Lei n.º 7.173, de 14 de dezembro de 1983, a Lei n.º 7.643, de 18 de dezembro de 1987, o § 1º, III e § 2º do art. 29, o art. 31 e os §§ 1º e 1º-A do art. 32 da Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a Lei n.º 13.426, de 30 de março de 2017 e a Lei n.º 14.228, de 20 de outubro de 2021.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS****JUSTIFICAÇÃO**

O presente projeto de lei foi uma sugestão do jovem, defensor aguerrido da causa animal, Deputado Estadual de São Paulo, Murilo Felix.

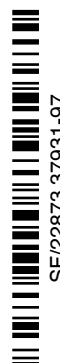
A elaboração do projeto se deu no âmbito do Núcleo de Pesquisas em Direito Animal do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (ZOOPOLIS), liderado pelo Prof. Dr. Vicente de Paula Ataíde Junior, e contou com a participação fundamental dos seguintes especialistas: Anderson Furlan (Juiz Federal no Paraná), Carla Forte Maiolino Molento (Doutora em Zootecnia), Frank Alarcón (Doutor em Bioética), Francisco José Garcia Figueiredo (Professor da Faculdade de Direito da UFPB), José Barreto de Macedo Junior (Delegado da Polícia Civil do Estado do Paraná), Juliana Machado Ferreira (Doutora em Ciências Biológicas), Maurício Forlani (Mestre em Zoologia), Paulo Aparecido Pizzi (Zoólogo) e Vânia de Fátima Plaza Nunes (Médica Veterinária).

Conforme ensina o Professor Ataíde Junior, em obra conjunta com a Dra. Débora Bueno Silva, são notáveis as transformações éticas ocorridas nos últimos tempos na relação entre humanos e animais não-humanos. Não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, a percepção dos animais como seres dotados de consciência e de capacidade de sofrer tem rendido diversas mudanças de tratamento.

De fato, consideramos que o reconhecimento dos direitos dos animais representa um profundo teste de moralidade universal.

Levando em conta o estágio das descobertas científicas e das considerações éticas sobre animais é que se propõe, para o Brasil, uma versão diferenciada de *Estatuto dos Animais*, ao mesmo tempo compatível com a nossa estrutura constitucional de direitos e avançada na realização das promessas constitucionais de efetiva proteção estatal dos animais enquanto sujeitos de determinados direitos fundamentais.

Bem se sabe que a presente proposta de Estatuto pode ser considerada, por alguns, exagerada, mas é dever do parlamento não se furtar ao debate e estar conectado com a vanguarda do pensamento jurídico e moral, de maneira que não deixe o direito ser atropelado pela realidade, mas, pelo contrário, faça das leis instrumento para o avanço da sociedade.



SF/22873.37931-97



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ALVARO DIAS**

E, ao contrário do que pode pensar o observador incauto, não se trata de um projeto de lei radical, utópico ou irresponsável. Trata-se de um projeto realístico, porque, antes de inovar, organiza o material normativo já existente, com vistas à autonomia científica e à organicidade do Direito Animal brasileiro. Deriva da Constituição Federal, permitindo, portanto, a pecuária, a pesca, bem como as experimentações científicas. Também considera que, embora todos os animais sejam sujeitos de direitos, não se possa contemplar a todos da mesma forma.

O espírito desta proposta é o de reconhecimento de que humanos e animais dividem e compartilham o mesmo mundo, mantêm muitas relações de dependência e até de reciprocidade e que a posição de dominação dos seres humanos lhes impõe uma série de deveres diretos que se correlacionam com o *status* animal de sujeitos de direitos.

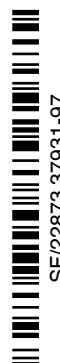
Embora em muitos dos seus pontos o projeto possa parecer por demais avançado e exageradamente inovador, é preciso que a proposta seja colocada em debate, porque corresponde a sentimentos que já pulsam na sociedade brasileira e a pensamentos que são debatidos nos mais respeitados círculos acadêmicos.

É preciso, portanto, trazer o debate para dentro do Legislativo, que saberá medir e pesar as suas disposições, fazendo os ajustes porventura necessários para que se adequem a nossa realidade social, jurídica e moral.

Enfim, será irrefutável que, pela primeira vez na História, o Congresso Nacional poderá debater a sério, um projeto pós-humanista, que não receia identificar e reconhecer a existência de dignidade para além dos seres humanos, sem que isso signifique – jamais! – reduzir ou menoscabar a dignidade da pessoa humana, que continuará a ser o centro irradiador dos direitos constitucionais.

Sala das Sessões,

Senador **ALVARO DIAS**
(PODEMOS/PR)



SF/22873.37931-97

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - art215_par1
 - art225_par1_inc7
 - art225_par7
- Decreto nº 6.514, de 22 de Julho de 2008 - DEC-6514-2008-07-22 - 6514/08
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2008;6514>
- Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966 - Código Tributário Nacional - 5172/66
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1966;5172>
 - art134
- Lei nº 5.197, de 3 de Janeiro de 1967 - Lei de Proteção à Fauna (1967); Código de Proteção à Fauna (1967); Código de Caça (1967) - 5197/67
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1967;5197>
- Lei nº 6.015, de 31 de Dezembro de 1973 - Lei dos Registros Públicos; Lei de Registros Públicos - 6015/73
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1973;6015>
 - art29
- Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981 - Lei da Política Nacional do Meio Ambiente - 6938/81
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1981;6938>
 - art2
- Lei nº 7.173, de 14 de Dezembro de 1983 - LEI-7173-1983-12-14 - 7173/83
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1983;7173>
- Lei nº 7.643, de 18 de Dezembro de 1987 - LEI-7643-1987-12-18 - 7643/87
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1987;7643>
- Lei nº 8.072, de 25 de Julho de 1990 - Lei dos Crimes Hediondos - 8072/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8072>
- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais; Lei da Natureza; Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente - 9605/98
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>
 - art29_par2
 - art31
 - art32_par1
 - art32_par1-1
- Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998 - Lei Pelé; Lei do Passe Livre - 9615/98
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9615>
- Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil (2002) - 10406/02
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10406>
 - art82
- Lei nº 11.794, de 8 de Outubro de 2008 - Lei Arouca - 11794/08
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2008;11794>
- Lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010 - Lei de resíduos sólidos - 12305/10
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12305>
- Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015 - Código de Processo Civil (2015) - 13105/15

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13105>

- Lei nº 13.426, de 30 de Março de 2017 - LEI-13426-2017-03-30 - 13426/17

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13426>

- Lei nº 14.228 de 20/10/2021 - LEI-14228-2021-10-20 - 14228/21

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2021;14228>

- urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970>

- urn:lex:br:senado.federal:resolucao:2007;394

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:resolucao:2007;394>

- urn:lex:br:senado.federal:resolucao:2018;489

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:resolucao:2018;489>